



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1321/15	DATA: 11/08/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h35min	TÉRMINO: 16h57min	PÁGINAS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUISA MELL - Ativista e protetora da causa animal do Estado de São Paulo.
WILSON RICARDO LIGIERA - Presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de São Paulo - OAB-SP.
MARIA GORETTI CORDEIRO DE QUEIROZ - Ativista e protetora da causa animal do Estado de Pernambuco.
ADRIANA KHOURY - Presidente da Federação das Associações em ONGS do Estado de São Paulo - FAOS.
SANDRA CALADO - Plateia.
CARLA SASSI - Centro de Controle de Zoonoses de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.
VALÉRIA MENDES - Palestrante.
KÁTIA DIETRICH - Secretária da Segurança Pública e Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba.
CRISTIANO MORAES - Secretário Especial de Bem-Estar Animal da Prefeitura de Canoas, Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

Audiência pública de debates sobre as denúncias de extermínio ilegal nos centros de zoonoses do País.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções inaudíveis.
Há um orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Boa tarde, senhoras e senhores!

Declaro aberta a presidente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a discutir as denúncias de extermínio ilegal nos centros de zoonoses do País. O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Ricardo Izar.

Comunico a todos que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet e poderá ser gravada pela *TV Câmara*, para ser exibida posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido para compor a Mesa a Sra. Luisa Mell (*pausa*); o Dr. Wilson Ricardo Ligiera (*pausa*); a Sra. Adriana Khoury (*pausa*); e a Sra. Maria Goretti (*pausa*).

O Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo havia recebido convite para comparecer a esta audiência pública, e nos enviou uma justificativa em que diz que, infelizmente, não pode estar presente.

Prestados esses esclarecimentos iniciais, concederei a palavra a cada convidado por até 15 minutos. Após os palestrantes fazerem uso da palavra, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço aos convidados e peço que cada um observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Antes de ouvirmos os palestrantes, nós vamos passar um vídeo que recebi e que foi o motivo de pedirmos esta audiência pública. Eu quero lembrar a vocês — muita gente aqui está no Acampamento Animal — que esta audiência pública foi marcada antes da abertura da CPI de Maus-Tratos de Animais. Então, ela não é uma audiência ligada à CPI. Por isso, quem foi convidado para estar presente a esta reunião pode não comparecer. Para esta audiência a pessoa é convidada, mas, se fosse para a CPI ela seria convocada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tudo que nós utilizarmos de material nesta audiência pública vamos juntar ao processo da CPI. O Deputado Carlos Gomes, que está aqui presente, também é membro da CPI.



Então, vamos passar o vídeo. É um vídeo com imagens fortes, mas é importante. Depois, nós passaremos a palavra aos palestrantes.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Todas as fotografias constantes desse vídeo foram tiradas em centros de zoonose.

Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Os servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas por nossos convidados e pelos Parlamentares ao final do debate.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet em programas desta Casa.

Quero registrar a presença do Deputado Zé Silva, Deputado Carlos Gomes, Deputada Conceição Sampaio, Deputado Carlos Henrique Gaguim, Deputado Luiz Carlos Ramos e Deputado Bruno Covas.

A SRA. LUISA MELL - Eu quero agradecer a todos os Deputados aqui presentes, em nome de todos os protetores dos animais e em nome de todos os animais que não podem se defender e que estão sendo massacrados no País, por estarem aqui hoje tratando deste assunto tão importante.

Acredito que realmente podemos fazer a diferença. Espero que este seja o primeiro passo para acabarmos com esse extermínio de cães e gatos que está acontecendo em nosso País.

Obrigada, mais uma vez, a todos os Deputados que estão aqui presentes. É uma pena que todos outros não estejam, mas espero que V.Exas. levem a nossa mensagem a eles. Obrigada, Deputados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Dr. Wilson Ricardo Ligiera, Presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da OAB, São Paulo.



O SR. WILSON RICARDO LIGIERA - Exmo. Sr. Deputado Ricardo Izar, é com grande honra que, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo, compareço a esta audiência pública para tratar de denúncias de extermínio ilegal nos centros de zoonose do País.

Por intermédio do meu querido amigo, eu gostaria de cumprimentar todos os demais Parlamentares, todos os demais Deputados aqui presentes e de saudar também, por meio das minhas amigas Luísa Mell, Adriana Khoury e Maria Goretti, todos os ativistas, todos os protetores que estão conosco neste momento extremamente importante e que certamente marcará esta Casa e marcará o direito dos animais, marcará o nosso desejo e enfatizará cada vez mais que nós não podemos nos conformar com certas atrocidades que têm sido cometidas e que é preciso mudar, é preciso fazer alguma coisa.

Certamente, isso já está sendo feito. Iniciativas como esta merecem nosso elogio, merecem nosso total apoio. E nós estamos aqui para unir esforços e para que juntos consigamos realmente alcançar aquilo que nós tanto desejamos e tanto esperamos: proteger esses seres indefesos, esses seres que, parece lugar-comum dizer, mas de fato não têm voz, têm latidos ou miados, ou uma outra forma de se comunicar, mas que não podem vir aqui, por si mesmos, defender seus direitos. Então, nós estamos aqui para defendê-los.

Eu vou pedir licença para ficar de pé para que possa, então, discorrer acerca do tema com mais clareza, para que possamos juntos refletir um pouquinho acerca dessas denúncias, do que tem acontecido nos centros de zoonose do País e, no meu caso especialmente, no Centro de Zoonose do Estado de São Paulo, Estado cuja Ordem dos Advogados do Brasil aqui represento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos uma lei extremamente importante no Estado de São Paulo. Eu peço licença para falar rapidamente sobre essa lei, porque é muito importante conhecê-la. Essa lei certamente é um exemplo e tem sido copiada por outros Estados. Cerca de 12 Estados já têm leis semelhantes, mas, logo de início, já aproveito para dizer que nós precisamos mais do que isso. Nós precisamos de uma lei federal.



Não é possível que um assunto de tamanha relevância seja tratado apenas em alguns Estados, como se os animais só tivessem direito em alguns Estados, e não tivessem direito em outros. É urgente que seja aprovada uma lei federal, porque todo o País precisa de uma regulamentação acerca desse assunto. Nós não podemos mais admitir que os animais sejam exterminados, que uma matança indiscriminada seja feita em certas regiões porque não existe lei. E, nesse sentido, só nos resta elogiar e apoiar toda iniciativa a esse respeito.

Em São Paulo, temos a Lei nº 12.916, de 16 de abril 2008, que proveio do Projeto de Lei nº 117, de 2008, do Deputado Feliciano Filho. O art. 2º dessa lei — e o que eu gostaria de destacar aparece aqui grifado em vermelho — veda a eliminação da vida de cães e gatos. A palavra é bem escolhida, porque o que acontece é eliminação mesmo! O artigo traz o seguinte texto:

Art. 2º - Fica vedada a eliminação da vida de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, (...)

Só que esse artigo, infelizmente abre uma exceção. Teria que abrir, porque não há outra solução. A exceção é a eutanásia, com descrição dos casos em que ela é permitida:

(...) exceção feita à eutanásia, permitida nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais.

Notem que o adjetivo “incuráveis” se refere a todos os casos: “males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas”. Isso quer dizer que não é só em casos de enfermidades infectocontagiosas incuráveis, mas no caso de doenças incuráveis também. Então, os animais não podem ser mortos sem uma razão muito séria para que isso aconteça. Isso é que determina a lei.

O § 1º desse art. 2º estabelece:

*Art. 2º.....
§ 1º A eutanásia será justificada por laudo do responsável técnico pelos órgãos e estabelecimentos referidos no caput deste artigo, precedido, quando for o caso, de*



exame laboratorial, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais.

Nesse dispositivo eu grifo “*por laudo de responsável técnico*”, pois tem que ser algo sério, algo comprovado, algo que efetivamente deixe muito claro o que está acontecendo e por que está sendo feito, precedido do referido exame.

E olhem que interessante: diz é “*facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais*”, para que todos nós tenhamos certeza de que nenhum animal está sendo morto injustificadamente, sem necessidade.

Aqui eu apresento uma cópia da página da Prefeitura de São Paulo que trata do CCZ — Centro de Controle de Zoonoses. A imagem do eslaide está bem pequenininha porque é uma cópia da página na Internet, mas vou lê-la brevemente:

“Recebimento de animais em sofrimento ou doentes terminais por eutanásia: O CCZ recebe para eutanásia apenas animais em sofrimento, hiperagressivos ou com doença terminal (...)”

Logo em seguida, diz:

“(...) Animais doentes, porém, com tratamento possível, devem ser conduzidos pelo proprietário para uma clínica particular (...)”

A questão aqui é: não é qualquer sofrimento que justifica uma eutanásia. Mas é óbvio que não! É uma doença, é um sofrimento do qual não haja nenhuma chance de recuperação. Trata-se de casos em que o animal está sofrendo e não há como resolver a situação dele, em que a vida dele não é mais vida, ele está sofrendo e a vida se transforma num sofrimento.

Assim existe uma série de defensores a ortotanásia e a eutanásia no caso de ser humano, sendo que há projetos de lei nesse sentido, excepcionalmente, seria também admitida a morte desses animais em situações igualmente excepcionais.

Mas o §2º diz que, ressalvada essa hipótese de doença infectocontagiosa incurável que ofereça risco à saúde pública, o animal, então, teria que ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção de animais, e não ser morto.

Na sequência, o art. 3º trata dos animais chamados agressivos, que nem sempre são agressivos. A lei utiliza a expressão “*histórico de mordedura injustificada*



e comprovada por laudo médico". Deve-se procurar saber por que é que aquele animal atacou alguém? Muitas vezes o animal não atacou, ele se defendeu. Aí vai-se dizer que aquele animal tem que ser sacrificado porque ele atacou alguém. Ele não atacou, ele se defendeu. É por isso que diz "injustificada e comprovada por laudo médico". Ainda assim, segundo esse artigo, não seria submetido à eutanásia, mas deveria ser conduzido a programas especiais de adoção.

E, infelizmente, a lei estabelece que, se ele não for adotado em 90 dias, ele poderá ser eutanasiado. Eu acho esse prazo extremamente curto, e esta é uma coisa muito séria para ser tratada dessa maneira. Infelizmente.

Eu vou mostrar em seguida algumas fotos, algumas não são tão chocantes quanto às do vídeo. Enquanto o vídeo estava sendo apresentado aqui, eu estava conversando com o Deputado e falei: "*Eu vou ser o primeiro a falar? Como é que eu vou conseguir falar?*" Temos que nos encher de coragem para vir aqui, deixar um pouquinho da emoção de lado e falar, porque não é fácil. Enquanto eu estava lá observando o vídeo, eu vi os olhos de vários dos senhores e senhoras aqui lacrimejando. E tenham certeza de que, por dentro, os meus também estão, mas se eu me entregar à emoção agora, eu não vou conseguir falar, porque é absurdo. Nós nos comovemos, ficamos certamente emotivos, indignados, porque não aceitamos esse tipo de situação. E essa nossa indignação faz com que seja muito difícil tratar desse assunto.

A OAB de São Paulo tem recebido denúncias em especial contra dois Centros de Controle de Zoonoses: o de Taboão da Serra e, na cidade de São Paulo, o que se situa no bairro de Santana.

Sobre Taboão da Serra, eu acho que a foto fala por si mesma. Basta ver a situação em que esse animal está e a possibilidade de sofrer danos.

Esta é outra foto que claramente mostra ferimentos e todos os danos já sofridos, já experimentados. Ali também, atrás da orelha, é possível observá-los.

E aqui temos um exemplo de algumas das várias denúncias que nós temos recebido na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, de pessoas pedindo providências do Prefeito de Taboão da Serra e pedindo providências das autoridades para que essas cenas tristes não se perpetuem. Por exemplo, nesse e-



mail a pessoa relata que CCZ está um caos. Há 3 semanas a diretora não comparece.

Neste outro trecho, ela diz que o único veterinário que o centro possui está de férias.

Neste outro trecho diz que há falta de medicamentos e até de luvas. Mais abaixo, na última seta, diz que foi barrada uma adoção de um animal adulto de porte grande, porque não havia veterinário para liberá-lo. Alguém quer adotar um animal, mas não pode adotar. Por quê? Porque não há veterinário no Centro de Controle Zoonoses.

Na sequência, temos mais um e-mail dirigido ao Prefeito, mostrando como a situação está difícil.

Outros problemas relatados são que a diretora não vai ao CCZ todos os dias, que a verba de saúde é desviada para o CCZ, o que por lei não pode ocorrer, etc., etc.

Deixem-me fazer uma ressalva aqui. É preciso entender que essas são acusações, são denúncias. Em nenhum momento nós estamos julgando aqui e condenando essas pessoas, porque é óbvio que tudo isso aqui tem que ser apurado. É claro que nós nos revoltamos quando vemos essas situações. Nossa tendência, como seres humanos que amam os animais, é imediatamente condenar todas essas pessoas. Não é assim. Nós temos que manter a nossa razão e simplesmente exigir que os fatos sejam apurados. Se estão acontecendo ou não esses fatos descritos, o tempo dirá.

É por isso que eu lamento muito, e certamente todos nós lamentamos — todos os amigos aqui da Mesa, não é Deputado? —, a ausência de um representante dos centros de zoonoses. Mas não porque não foram convidados. Eles foram, mas infelizmente não vieram. Eu queria muito que viessem, não para que nós os colocássemos...

A SRA. LUISA MELL - Mas eles vão ter que vir!

O SR. WILSON RICARDO LIGIERA - Vão ter que vir, não é, Luisa Mell?

Mas nós queríamos que eles viessem, não para que, exatamente, eles fossem alvo de acusação ou para que nós apontássemos o dedo para eles. Não. Eu queria realmente que eles viessem, para que eles dissessem que não, que isso não



está acontecendo. Eu queria que eles viessem para que eles mostrassem que, não, que isso não é verdade, e que os animais estão sendo bem tratados. Como eu queria que isso fosse verdade! E como eu queria que eles realmente demonstrassem que nada de algumas dessas cenas que nós vamos ver aqui hoje não são verdadeiras. Mas, infelizmente, não vai ser hoje. Hoje só vamos levantar as questões e ficar, infelizmente, com a dúvida.

Faltam remédios, faltam vacinas. Foi realizado — e aqui o nosso tema extermínio legal — eutanásia de uma cadela em tratamento de cinomose, que estava respondendo ao tratamento. Então por que foi eutanasiada?

Foi feita a eutanásia num gato sob alegação de ele havia quebrado a coluna, mas isso não era motivo para ser sacrificado.

Foi morto um cão da raça rottweiler porque um agente pediu. Porque um agente pediu? Foi o que ela disse.

Em outro caso está citado que se matou o cachorro de um munícipe, mesmo quando uma senhora disse que não era o caso e não seria feito daquela maneira. Enfim, esses são apenas exemplos de denúncias que chegam até nós na OAB.

Esse caso realmente nos choca: uma gata acordou na cirurgia, começou a se mexer sentindo dor, e não foi dada mais anestesia. Como é que pode um ser humano ver que o animal está sentindo dor, que acordou e dizer: *“Ah, não! Já demos anestesia suficiente. Não vamos gastar mais, não. Deixa.”*

Mais uma vez eu digo: nós não temos prova disso. São denúncias, e eu quero ouvir, sim, do Centro de Controle Zoonoses que isso não é verdade. Eu quero! Eu espero que não seja.

Há denúncias de que animais somem no CCZ de Taboão da Serra.

No CCZ do bairro de Santana, na cidade de São Paulo, olhem os azulejos do local onde os animais ficam. Não sei se os senhores conseguem observar as marcas de sangue nas paredes. É claro que há, pois os azulejos estão quebrados. Eles pulam e se machucam. Aqui estão algumas cenas que mostra alguns desses ferimentos: esse na perna; esse na patinha; esse outro na patinha. São ferimentos provocados exatamente pelas condições do ambiente ao qual esses animais estão expostos.



Nós recebemos, de fato, vídeos e fotos de cães e ratos convivendo. Há risco de leptospirose. Há ratos no teto, na laje. Há fezes de pombos.

Agora, o CCZ não consegue fazer o controle de pombos dentro do próprio CCZ! O que é que eu vou esperar de um Centro de Controle Zoonoses?

São vários pontos denunciados: portões com estruturas enferrujadas, chuva forte em vários canis, gatos sem solários, sem condições de tomar o sol de que necessitam.

Esse caso é interessante: um caso de dengue! E o CCZ foi notificado pela Equipe Técnica de Vigilância, Prevenção e Controle da Fauna Sinantrópica, porque era um local de risco e havia focos de dengue lá. É, no mínimo, algo que nos deixa certamente indignados. Ali, a seta aponta o local onde diz isso.

Há esse outro problema sério, sobre o qual eu acredito que a Luisa Mell vá falar, porque nós fomos lá juntos, e ela ficou indignada a respeito. Eu gostei de observar a indignação dela. E ela perguntava: por que não estão sendo realizadas adoções? Então, eu não vou disso, mas eu queria saber por que não estão sendo realizadas adoções. Por quê? A Luisa Mell sabe há quanto tempo, não é, Luisa? Acho que ela pode falar sobre isso para nós, e sobre o esforço dela e a luta para que se consiga fazer feira de adoção lá, e ela não está conseguindo. E por que não está conseguindo? Eu espero que você conte essa história para nós depois, Luisa.

Em nome da OAB, nós solicitamos documentos, que nos foram prometidos, mas não foram enviados. Nem a mim e, pelo que eu sei, nem ao Deputado Ricardo Izar.

Um novo prédio que está sendo construído, já em fase de finalização, deve ter capacidade para uns 50 animais. É claro que isso não comporta nem os animais já internados lá dentro. Então, o problema vai ser resolvido?

Nesse eslaide, temos outros relatos, como o de que o telefone da Prefeitura, 156, e outras formas de atendimento ao munícipe não funcionam; os cidadãos esperam dias para que sejam resgatados os animais atropelados, doentes, caídos em via pública, e, claro, oferecendo risco à população, ao tráfego de veículos, tudo isso com mais sofrimento injustificado.

Outra denúncia grave diz que, quando se resgatam animais de particulares, a triagem para eutanásia não é feita por veterinários; ela é feita por agentes. E mais



uma vez eu falo: não tenho provas, são acusações. Claro que compete àquele que quer fazer uma acusação fornecer essas provas. E nós esperamos que o Centro de Controle de Zoonoses diga que isso não é verdade.

Outro relato: que recolhem animais em veículos alugados pela Prefeitura e destinam esses animais diretamente à eutanásia, sem pedir internação para um médico veterinário, sem perceber e sem verificar se esses animais poderiam ser tratados. Ora, isso está violando a lei paulista. Há Estados em que nós não temos lei, mas lá nós temos, e, ainda assim, a lei não está sendo cumprida.

E aqui está a denúncia sobre uma curiosa lista, claro, não oficial, de quais seriam as situações em que os animais seriam eutanasiados. Essa lista é verdadeira? Ela está totalmente em desacordo com a legislação paulista. A Prefeitura, é claro, desconhece esse documento. Mas há situações, exemplos de doenças não letais passíveis de tratamento.

E esse eslaide mostra a cópia da lista que nós recebemos. De onde apareceu essa lista eu não sei. Eu não posso afirmar que ela está sendo utilizada lá dentro, mas alguém elaborou essa lista, alguém tirou foto dessa lista e nos enviou. E, aí, no Código 3, ela traz as lesões graves que justificariam, segundo essa suspeita lista, a eutanásia: lacerações cutâneas graves — uma miíase, uma bicheira. Então, está com bicheira, sacrifica!. Não tem cura? Outra lesão é a amputação de membro: *“Ah, se for para amputar um membro, o animalzinho não pode viver com membro amputado, então, mata”*. Então, vamos matar todos os seres humanos também que sofrem um acidente e têm um membro amputado? Por que é que um cãozinho ou um gatinho não pode viver sem um membro? Fratura exposta, não dá para ser tratada?

Enfim, queremos saber, queremos verificar, queremos que ocorram investigações sérias, para saber se isso realmente é verdade ou não.

O meu tempo já acabou, e eu não quero me estender além do que me foi permitido. Mas, brevemente, só para terem uma ideia, outras fotos chegaram até nós, e aí eu encerro: surto de carrapatos, dentro de um Centro de Controle de Zoonoses; rato morto no jornal de cães; cão em contato com ratos; outras fotos; outro animal; e mais um animal que parece um ratinho, ali naquele cantinho — é



difícil de ver pela foto, mas há um outro ratinho. Então, são várias fotos de animais ali, perambulando e sendo mortos por cães.

Esse eslaide traz fotos de ração no tempo, em área úmida e chuvosa; outra foto no mesmo sentido; instalações com rachaduras e infiltrações. E aí temos que saber quem é responsável por isso. São 3 fotos nesse sentido, além de fotos de umidade excessiva nos canis; azulejos quebrados; portões enferrujados; paredes sujas de fezes de pombos, situações com que o próprio Centro de Controle de Zoonoses não tem conseguido lidar.

O que nos resta, prezados amigos, Srs. Deputados? Resta-nos acreditar que essa situação caótica um dia terá fim, e não só no Estado de São Paulo, mas em todo o País, especialmente, por meio da aprovação de uma lei federal. E, nesse sentido, eu agradeço e dou os parabéns ao Deputado Ricardo Izar pelo PL 3.490/2012, que pretende criar uma lei federal que proíba a matança injustificada, que proíba a eutanásia sem nenhum critério nos centros de zoonose em todo o País.

Como o meu tempo já acabou, eu agradeço muito a atenção dos Senhores, espero que seja uma singela contribuição para que possamos iniciar esses debates.

Muitíssimo obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo esta Presidência por 1 minuto ao Deputado Laudívio Carvalho e já volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e Senhores, muito boa tarde. Eu quero registrar as presenças dos Deputados Rodrigo Martins, Andre Moura, Ricardo Tripoli, Adilton Sachetti.

Muito obrigado a V.Exas. *(Palmas na plateia.)*

Quero agradecer a presença de todos aqui e falar da minha alegria em receber pessoas tão importantes nesta Casa, nesta CPI, que foi instalada semana passada. Eu fiz um convite através da *TV Câmara* e também no meu Estado, Minas Gerais, onde sou jornalista, locutor de rádio, apresentador de televisão, para o nosso acampamento, que começou hoje e continuará amanhã e depois. Gostaria que aqueles que ainda não fizeram uma visita possam ir até lá, para abraçar essa causa, que não é só minha, é uma causa de todos nós.

Hoje, 35% dos brasileiros apoiam a causa animal. Acho que ainda é um número muito pequeno para um universo tão grande de pessoas. Mas há mais de 20



anos faço em Minas Gerais um trabalho de recolhimento de animais feridos, abandonados, animais maltratados. Nunca dei publicidade a isso, porque é uma coisa minha, uma coisa íntima. Como jornalista de rádio e televisão, nunca vi necessidade de dizer que eu fazia isso. Mas, como Parlamentar, é uma causa que eu abracei e agora divulgo, porque é preciso que o Brasil inteiro conheça as dificuldades que nós defensores daqueles pequenos seres vivemos e temos.

Não se pode tratar um animal da maneira tão cruel como tratam, como se fossem, realmente, animais. São seres vivos, não são objetos. Eu perdi há 15 dias, e isso está nas redes sociais, um pequeno *poodle* de 17 anos. Aí eu disse que Deus é muito bom, mas fez uma conta errada: Ele deu 300 anos a uma tartaruga e só 17 anos para o meu bichinho, que dormia na minha cama, junto com a minha esposa, que era um filho, um filho que temos.

Quem tem um animalzinho sabe do valor que ele possui. Infelizmente, ele adoeceu, tinha 17 anos, já estava com a idade muito avançada, mas teve todo o carinho, todos os cuidados. Nas redes sociais inclusive, há um vídeo da minha despedida dele. Quarenta minutos antes de ele ser dado como morto, eu fiquei 2 horas ali, abraçado a ele. Era o meu filhotinho, sabe?

Eu estou abrindo meu coração e dizendo aos senhores: vamos abraçar essa causa; é uma causa digna; é uma causa muito séria. São seres vivos que, muito mais do que pedir amor e carinho, nos dão amor e carinho. (*Palmas na plateia.*)

Nós vamos visitar o Brasil inteiro.

Obrigado aos senhores pela paciência de me ouvirem aqui.

Sr. Presidente, então estou devolvendo a Presidência desta CPI a V.Exa. e fazendo um compromisso: nós vamos percorrer o Brasil à procura de crimes contra esses pequenos seres. Tudo aquilo que eu encontrar estarei denunciando aqui e trabalhando junto com o Presidente desta Comissão, com o Deputado Ricardo Izar. Nós temos uma responsabilidade muito grande: eles precisam do nosso socorro. Oito milhões de cães e gatos são exterminados por ano no Brasil, uma verdadeira matança que não ocorre em lugar nenhum do mundo.

Obrigado aos senhores.

Sr. Presidente, devolvo a presidência da CPI. (*Palmas na plateia.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra à Sra. Maria Goretti Cordeiro de Queiroz.

A SRA. MARIA GORETTI CORDEIRO DE QUEIROZ - Boa tarde, Brasília. Boa tarde, amigos que estão aqui para o acampamento animal.

Eu gostaria de cumprimentar inicialmente o Deputado Ricardo Izar, Presidente desta Comissão, pelo honroso convite, na pessoa de quem eu cumprimento todos os colegas parceiros de luta que estão na Mesa.

Gostaria de cumprimentar também o Deputado Federal Daniel Coelho, que faz parte desta Comissão de Meio Ambiente, mas que neste momento se encontra com o Presidente da Casa em reuniões partidárias. Na pessoa dele, eu cumprimento a bancada pernambucana desta Câmara dos Deputados, principalmente a turma que veio comigo de Pernambuco, em 2 dias de viagem de ônibus, para estar aqui conosco no acampamento, lutando pelos nossos ideais.

Minha gente, é claro que falar sobre os animais que sofrem nos Centros de Vigilância Ambiental a um público como este é até redundante. O Deputado Ricardo Izar passou aquele vídeo, e eu disse: *“Pronto. Já acabou com todo mundo, lascou todo mundo, porque todo mundo vai chorar”*, e comecei a chorar também. Enfim, essa é uma coisa que mexe muito com o lado emocional. Apesar de ser capricorniana, com toda a racionalidade do capricorniano, realmente, o lado emocional toma conta e realmente não conseguimos nos posicionar de forma mais lógica, como apontou o nosso amigo Wilson.

Mas eu trago de Pernambuco algumas boas notícias, Deputado. Por isso agradei muito a vinda a esta Comissão de Meio Ambiente, principalmente porque estamos dando o primeiro passo para resolver a situação desses crimes hediondos que acontecem nos Centros de Vigilância Animal, nos Centros de Controle de Zoonoses no País inteiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sobre essas fotos eu não vou nem me alongar, porque já sabemos do que se trata. Essa foto com a marreta fala por si só. Eu, como jornalista também, caro Deputado Laudívio Carvalho, a quem cumprimento por ter se unido a nós também, agradecendo a sua participação, costumo dizer que uma imagem fala mais do que mil palavras. E essa imagem diz tudo, diz tudo o que acontece.



Deputado, temos uma posição muito mais forte, porque infelizmente estão acontecendo crimes dentro dos Centros de Vigilância dos Municípios, crimes institucionalizados. A partir do momento em que um Centro de Vigilância não obedece à lei, não obedece àquilo que é estabelecido, principalmente pelo art. 32 da Lei nº 9.605 ou aquela do SUS, que diz que devem ser usados recursos para controle de natalidade... Sem o controle de natalidade, não vamos sair desse lugar comum. Temos que ter controle de natalidade, temos que ter castração em massa neste País, outro projeto pelo qual o Deputado Ricardo Izar está lutando e estamos lutando junto com ele.

Mas o que acontece hoje no Brasil é simplesmente isto: a institucionalização do crime. E temos que buscar isso, Deputado Tripoli, Deputado Laudivio, que disse que vai buscar saber, em cada recanto deste País, onde está acontecendo um crime, para que o autor seja punido.

Em Pernambuco, nós temos uma lei que é semelhante à que o nosso colega Wilson de São Paulo mencionou, a Lei nº 14.139, que proíbe a eutanásia de animais sadios, mas sempre existem denúncias de animais que sofrem eutanásia.

Esta chacina aconteceu em 2012, nas ruas de Caruaru. Nós conseguimos que um delegado interceptasse um caminhão da carrocinha que já ia levando 20 animais mortos para serem colocados no lixão da cidade, outro crime ambiental. O delegado conseguiu apreendê-los. Desses 20 animais mortos, só havia 4 laudos de leishmaniose, sem comprovação. Então, este foi um crime que aconteceu.

Em Lagoa Grande, houve uma chacina nas ruas. As Prefeituras, o poder público, não realizam controle de natalidade. A população, ou mesmo o poder público, vai para a rua e, de forma que não se pode provar, envenena os animais. Está ali outra chacina, em Lagoa Grande.

Em relação ao CVA de Garanhuns, no final de julho, houve uma denúncia de que os animais estão passando fome. O lugar não é limpo há anos. Há fezes e sangue por todo o lado. E, pasmem, os filhotes são jogados no caminhão de lixo, obviamente para morrerem triturados.

Nós temos um case que eu fiz questão de trazer aqui para dizer que temos que lutar, sim, para que os dirigentes desses Centros de Vigilância Ambiental que cometem crimes... Não podemos deixar de denunciar. Nós temos o exemplo, em



Pernambuco, Deputado, da operação conhecida como Sexta-Feira 13, realizada em janeiro de 2012, e que prendeu em flagrante o Diretor do Centro de Vigilância Ambiental da Prefeitura do Recife. Na operação, a delegada da época, Dra. Nely Queiroz, fez uma visita de inspeção ao CVA e disse que, dado o que ela via, estaria prevaricando se não levasse o dirigente preso. Ele não só foi preso, como está respondendo a processo, com dois dirigentes da Prefeitura do Recife da época. A denúncia foi acatada pelo Ministério Público, e o processo está andando na Justiça.

Aqui estão algumas imagens de um fato que teve grande repercussão na época: a prisão em flagrante do Diretor do Centro de Vigilância Animal. Não sei se isso aconteceu em outra parte do País. Se sim, informem-me. Eu não sei. Acho que este é um caso inédito. Mas existe jurisprudência porque, a partir do momento em que se prende, já há jurisprudência. Se eles forem condenados, como acho que serão, inclusive por improbidade administrativa e também por questões ligadas a crime ambiental, porque, entre outras coisas, foi identificado que aqueles animais que morriam no Centro de Vigilância eram descartados de forma ilegal, inclusive, contaminando o lençol freático...

Foram indiciados o Diretor do CVA à época, um inspetor sanitário, um veterinário.

Os animais que foram encontrados, assim como o nosso companheiro Wilson apontou, não tinham fichas de justificativa médico-veterinária para a prática de eutanásia. Até animais com sarna ou com histórico de mordedura eram sacrificados.

Foi solicitado à OAB um parecer sobre a legalidade e a juridicidade das atividades praticadas, desempenhadas pelo CVA. A OAB desenvolveu este relatório. Eu tinha certeza de que um dia na minha vida eu traria este relatório para Brasília, para fazer parte de uma Comissão. Está aqui o relatório.

Quero deixar nas mãos do Deputado Ricardo Izar o relatório feito pela OAB de Pernambuco sobre o Centro de Vigilância Ambiental, que mostra e prova que os Centros de Vigilância Ambiental do País devem ser fiscalizados e devem buscar ajuda nas verbas do SUS, para que realmente façam aquilo que deve ser feito, e não do jeito como é feito hoje, de qualquer jeito, inclusive com matança irregular e indiscriminada de animais, o que não deve ser o objetivo do Estado.



Como eu já disse, a Lei nº 14.139, a lei de Pernambuco que proíbe a eutanásia de animais saudáveis, não estava sendo respeitada. Por isso o diretor foi preso. A OAB apresentou este laudo oficial, que eu já entreguei na mão do Deputado.

Um segundo caso importante que eu trago de Pernambuco, meus caros amigos e colegas do Brasil, é que nós conseguimos instituir um Conselho Gestor no Centro de Vigilância Animal da Prefeitura de Recife. O que é o Conselho Gestor? Ele trabalha junto à gestão oficial, fiscalizando principalmente o que é feito dentro do Centro de Vigilância Animal. É feita uma eleição, da qual participam os dirigentes do Centro, os funcionários e os representantes dos usuários. No caso, os usuários são os animais, os representantes são as ONGS de defesa animal.

Dentro do Centro de Vigilância Animal de Recife existe um Conselho Gestor que atua analisando propostas, acompanhando programas de orçamento, possibilitando acessos a informações, avaliando o serviço prestado pela unidade, enfim, uma série de coisas. Depois disso pode ser pesquisado; nosso tempo é curto. É importante que se consiga ter um Conselho Gestor também dentro dos Centros de Vigilância Ambiental.

Para os senhores verem a importância do Conselho Gestor do CVA, no ano passado o representante do Conselho Gestor no segmento usuários entrou com representação no Ministério Público Federal contra a Secretaria de Defesa Animal da Prefeitura do Recife, pois esta estava utilizando, nos seus eventos de adoção, animais não esterilizados, indo totalmente de encontro àquilo que preceitua principalmente a Organização Mundial de Saúde, e, mais ainda, a consciência de cada defensor.

Então — pasmem os senhores! —, a Secretaria Municipal de Defesa Animal não estava cumprindo isso. Então, o Conselho Gestor proibiu o CVA, e isso consta em ata, que encaminhasse gaiolas ou qualquer outro tipo de material do CVA para os eventos da SEDA, porque eram eventos irregulares.

Os senhores vejam a importância de se ter um Conselho Gestor dentro do Centro de Vigilância Ambiental.

Essa é a posse do Conselho Gestor. Tirei uma foto de uma companheira.



Enfim, identificando-se que a SEDA não possuía um planejamento de controle populacional, o CVA também não poderia encaminhar esse material.

Eu trago também o terceiro case, para mostrar a todos que, quando se quer, se faz. Lá de Serra Talhada, terra de Lampião e Maria Bonita, eu trago um exemplo belíssimo: o Prefeito de Serra Talhada transformou o Centro de Zoonose num hospital público veterinário, com verba do SUS. Ele gastou apenas 100 mil reais para fazer essa transformação.

Então, o Centro de Controle de Zoonoses não existe mais; é um hospital veterinário municipal, que funciona como uma clínica com consultas, vacinação, castração, canil, gatil, laboratório, maternidade. Nós vemos nesse eslaide duas mãezinhas: não só a mãezinha canina como também a porquinha que teve o seu bebezinho lá. Ele tem salas totalmente equipadas, hospital, maternidade, sala de vacina, baia. E não deixou de haver o Centro de Controle de Zoonoses. Ele continua lá e continua fazendo o que deve ser feito: cuidar de zoonoses. Cuidar de animais, porém, é uma atividade que tem que ser feita por um centro de atendimento animal.

Uma sugestão para a Comissão, caro Deputado, é que, através de leis que possibilitem isto, nós consigamos separar definitivamente Centros de Controle de Zoonoses do controle animal, do atendimento animal. Essas têm que ser duas coisas extremamente distintas. Nós conseguimos fazer isso em Serra Talhada.

O tempo é curto, há muita coisa para se dizer, muita coisa para se fazer, muito mais ainda para se buscar, mas eu tenho a impressão de que estamos dando um passo muito grande, muito abrangente hoje, em Brasília, com a CPI que nós buscávamos há anos, para conseguirmos realmente fazer com que essa situação de penúria, de miséria, esse crime, como eu disse no início, que hoje é cometido institucionalmente nos Centros de Vigilância Animal possa ser revelada e que nós possamos partir daqui. Por quê? Porque nós temos voz e nós falamos em nome deles.

Eu agradeço a atenção dos senhores. Espero ter contribuído um pouco para este debate.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Sra. Goretti.



Eu queria anunciar a presença dos Deputados Rodrigo Martins; Andre Moura; Ricardo Tripoli, Relator da CPI dos Maus-Tratos de Animais, a quem vou passar o relatório da OAB; Adilton Sachetti; Laudivio Carvalho; Mandetta; Raimundo Gomes de Matos; Augusto Carvalho e Alexandre Serfiotis.

Passo a palavra à Sra. Luisa Mell.

A SRA. LUISA MELL - Primeiramente, obrigada a cada um de vocês que sai da sua casa, do conforto do seu lar, do seu Estado e vem aqui fazer a diferença, lutar pelos nossos animais.

Obrigada aos Deputados, alguns já engajados na causa há muito tempo e outros abraçando a nossa causa. Eu estou vendo que os Deputados, cada vez mais, estão olhando para o nosso trabalho com seriedade, olhando para a proteção animal, o que, para nós, é um grande avanço.

Não vou falar a mesma coisa que todo mundo. Acho que todos vocês aqui já sabem das denúncias de maus-tratos que acontecem nos Centros de Controle de Zoonoses do País inteiro. Em Fortaleza, parece que matam à marretada, Tripoli. Então, estou pedindo a todos os protetores do País inteiro que juntem provas. Todo mundo falou muito bem, mas nós precisamos dessas provas, para que a CPI seja eficaz. Os Deputados podem falar melhor do que eu.

Eu estou atuando na área de proteção animal — ai, gente, eu estou ficando velha! — há quase 15 anos. Eu sempre digo que a minha vida mudou no dia em que eu fui ao Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo. Eu não tinha noção e entrei naquele corredor da morte. Naquela época, os animais ainda eram sacrificados 3 dias depois. Naquele minuto, eu percebi que eu tinha mesmo uma missão e dediquei a minha vida — dedico a minha vida — a lutar para transformar isso.

Pela primeira vez, porém, eu sinto que nós realmente temos uma oportunidade de transformar essa triste realidade. Acho que a CPI vai ser um grande passo, um grande avanço. Conto com a seriedade dos Deputados para levarem as denúncias até o fim, para que as pessoas sejam punidas.

A Maria Goretti Queiroz disse muito bem que o crime é cometido pelos órgãos que deveriam proteger os nossos animais. Então, conto com os protetores de todo o País para ajudarem os Deputados com provas concretas. Isso vai fazer a diferença



nessa investigação. Acho que esta audiência é mais um bate-papo, até porque não está aqui a outra parte. Eles não vieram, é óbvio.

O Wilson Ligiera estava falando da lei. Depois de 3 meses, o cachorro pode ser sacrificado lá. Nós fomos ao Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo. Sabem quantas feiras de adoção foram realizadas, este ano, no Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo? Nenhuma. E o Instituto Luisa Mell ainda ligou e disse: *“Nós fazemos a feira para vocês. As nossas feiras são um sucesso, nós fazemos isso. Nós não queremos o animal condenado à prisão perpétua, não é justo. Nós fazemos isso. Nós fazemos a divulgação, nós levamos os voluntários”*. Eles disseram: *“Nós estamos muito entretidos com a dengue, não temos interesse”*. O curioso é que nem o trabalho de zoonose eles estão fazendo bem, porque a dengue aumenta cada vez mais.

Quanto à leishmaniose, o Brasil acha que matar o cachorro é a solução, e nós sabemos que isso não é verdade. Há casos em que temos que acionar a Justiça para poder tratar o cachorro. Aliás, esse é outro tema que podemos abordar na CPI, para transformarmos essa triste realidade. Nós sabemos que já existem outros métodos que serão eficazes para protegemos também a população da leishmaniose.

Então, eles não estão fazendo direito o trabalho de controle de zoonoses. O Centro é só um campo de concentração de animais. Na verdade, foi isso o que viraram os Centros de Controle de Zoonoses do País inteiro. Eu acho que a CPI tem que servir para nós agirmos profundamente e realmente punirmos os culpados.

Outra coisa que eu acho que todos nós — vou contar isto aqui para os Deputados — temos que abraçar é esse projeto de lei. Na verdade, são dois: o que vai proibir que os animais sadios sejam eliminados em todos os Centros de Controle de Zoonoses do País inteiro e o projeto que trata das grandes campanhas de castração que o poder público....

Isto os Deputados têm que saber. Eu sei que eles ficam preocupados com verba, que existe toda essa preocupação, mas matar é mais caro do que castrar. Em todos os países desenvolvidos a solução foi a castração, e não o massacre, o extermínio de animais sadios. Isso não resolve o problema, tanto é que, em São Paulo, nós temos esses problemas, mas pararam de pegar... Não aumentou. Por



quê? Porque a solução é a castração. Você tira o animal dali, outro começa a se reproduzir e, depois, outro ocupa aquele espaço. Todos os estudos já mostraram que exterminar não adianta nada, mas castrar, sim.

Eu estou numa fase em que estou mais prática. Eu sofro muito, como todos vocês, mas acho que nós temos agora que traçar objetivos. Eu acho que, em relação aos Centros de Controle de Zoonoses, a CPI tem que apurar todas as denúncias, fazer com que essas pessoas sejam punidas por esses crimes. Além disso, temos que conseguir aprovar com urgência os dois projetos de lei. Nós temos uma reunião — se nada mudar, porque eu sei que aqui as coisas mudam muito (*riso*) — com o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para pedir que coloque em pauta estes dois projetos de lei: um proíbe o sacrifício de animais, e o outro estabelece a castração. Vocês sabem que, se uma coisa estiver sem a outra, não vamos muito longe.

Eu não sei se os Deputados a assistem isso em algum lugar. Eu não sei como funciona aqui, mas se assistirem, nós imploramos. Hoje em dia, este é um pedido não só da proteção animal, mas também da sociedade brasileira. Se vocês acompanham redes sociais, sabem que este é um dos temas de maior repercussão no País: a proteção animal. Então, é a sociedade brasileira inteira que pede essa transformação. Eu conto com os Deputados e conto com vocês, para nós fazermos pressão e, principalmente, conseguirmos provas para mandar para todos os Deputados. Acho que o Tripoli é o Relator. Se puder, inclusive, divulgar um *e-mail*... Posso falar o *e-mail* já?

É para mandar mesmo, gente! Eu vou divulgar, posso?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É lógico! Deve. É: www.tripoli.com.br.

A SRA. LUISA MELL - Não, não. Eu quero o *e-mail*, para podermos mandar denúncias. Esse é o *site*. Eu falei que estou prática. Podem-se mandar as provas para este endereço?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. LUISA MELL - Ricardotripoli@camara.leg.br. Tripoli com um L só. Posso divulgar isso?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Pode, não, deve.



A SRA. LUISA MELL - Vou contar com vocês. Eu sei que tem que falar com os Líderes dos partidos, fazer o *lobby, lobby, lobby*.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - (*Inaudível*) a lista pronta ali.

A SRA. LUISA MELL - Sim, existem muitos projetos. Eu estou até tomando a frente aqui, mudando um pouco de assunto, mas informo que existe uma lista de projetos. Toda vez que eu vou a uma reunião, vocês falam que vai acontecer e não acontece nada. Então eu resolvi focar, com o apoio de todo mundo, nesses dois projetos, para realmente nós termos uma transformação nos Centros de Controle de Zoonoses.

É lógico que nós temos que ir hoje à reunião e pedir isto: “*Queremos esses dois projetos. Vamos fazer pressão na Internet, com ONGs de todo o País, para que nós tenhamos um resultado*”. Nós falamos muito, há muita audiência — já vim a Brasília centenas de vezes —, mas nunca vi, realmente, uma transformação. Porém, eu acho que agora nós estamos, não vou falar com a faca e o queijo na mão porque a maioria aqui é vegana como eu (*riso*), mas com a faca e o tofu na mão para realmente fazermos a transformação. Vou contar com cada um de vocês e com a força de vocês.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra à Profa. Adriana Houry, Presidente da Federação das Associações e ONGs do Estado de São Paulo — FAOS. (*Palmas.*)

A SRA. ADRIANA KHOURY - Saudações à Mesa, ao Presidente e aos colegas. E a nós, saudações abolicionistas! (*Palmas.*)

Como nós trabalhamos em união sempre, eu vou dividir o tempo da FAOS entre o discurso do ativismo, do qual eu tomo posse; o discurso jurídico, da Tiziane Machado; e o discurso do amor, da Sandra Calado, se o Presidente assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está permitido.

A SRA. ADRIANA KHOURY - Represento a FAOS, que é a Federação das Associações e ONGs do Estado de São Paulo, mas represento sobretudo os ativistas e os protetores. Como ativistas, nós nos reunimos há poucos meses à porta do CCZ de Fortaleza, que foi o evento que propiciou a discussão que aprofundamos



hoje. Isso é para lembrar que o ativismo é muito, muito importante. É ele que chama a atenção, senão a sociedade não vê, senão os políticos não sabem.

O Norte e o Nordeste do Brasil repetem espetáculos de horrores. Mas mesmo em outros Estados considerados evoluídos nos direitos dos animais, como disse o Sr. Ligiera, são constatadas situações que se apresentam muito aquém do ideal. É o caso do Estado de São Paulo e dos nossos companheiros que ainda sofrem represálias lá e não podem nem estar aqui. Isso tem que ser citado. São companheiros de luta. Eles amam os animais, eles lutam pelos animais, e o CCZ de São Paulo proíbe a entrada deles.

Recorro agora às palavras de Sandra Calado para identificar a importância do dia de hoje. Nunca imaginamos isso. Quebramos portas por aí, fazemos um monte de loucuras, mas o nosso amor resolve. Nós trouxemos todo esse amor para Brasília hoje. Este é um dia maravilhoso, é o surgimento da CPI, é a possibilidade de tratarmos desses casos dos Centros de Controle de Zoonoses que ouvimos há anos, e esta é a oportunidade. Então abracemos isso sem perder nem um milímetro de tudo o que vai ser propiciado a partir de agora.

Sandra disse: *“Que nossas vozes se tornem uníssonas para representar aqueles que guardam no olhar a mais profunda esperança de que falem por eles: os animais”*. Sejamos os menores, diminuindo a nós mesmos, para que eles sejam os maiores a partir de hoje.

Nesta audiência nos reunimos para revelar a dor e desvelar o sistema falho que propicia isso. Revelar, porque milhões de animais são massacrados; e desvelar, porque esse massacre é permanente e se protege atrás da indiferença do poder público.

Nos Centros de Controle de Zoonoses de muitas Prefeituras do Brasil, seres vivos que têm consciência, que sentem e sabem a diferença entre o bem-estar e o sofrimento são identificados e tratados como coisas. A dor é uma experiência penosa, seja qual for a natureza do ser. Todo mundo sabe disso, não é? Mesmo quem não gosta de animal percebe que aquele animal não é uma coisa, porque ele sente medo, ele sente tristeza, ele sente alegria. Se isso é sabido, as leis também têm que saber. Se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa de ordem moral para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração. Isso é ética.



Para os CCZs, os animais não humanos são apenas coisas que não têm quaisquer direitos e sequer merecem um tratamento com dignidade. Mas como pode uma coisa sentir dor, medo e pavor diante da morte? O homem subordinou todas as espécies à sua racionalidade e, no caso das Prefeituras, para limpar as ruas das cidades, mascarar surtos de leishmaniose, como é o exemplo de Fortaleza e de todo o Estado do Ceará. Isso foi transmutado na Bahia, com a ação da Vereadora Ana Rita Tavares, que infelizmente não está aqui. Ela conseguiu! Na Bahia também matavam cães a paulada por causa da leishmaniose. E uma protetora, como nós, sozinha conseguiu mudar as leis em Salvador. Nós queremos que isso aconteça agora no Ceará.

Peter Singer afirma que um ser é identificado como senciente se ele apresenta consciência e sensibilidade. A sensibilidade se revela em um indivíduo quando ele pode sentir, de forma positiva, prazer ou alegria; ou negativa, dor e sofrimento.

Se já se sabe isso no plano ético, se já se sabe isso no plano filosófico, se já se sabe isso no plano científico, basta mudar as leis. As leis devem ser atualizadas de acordo com a própria transmutação da sociedade. É tudo muito claro, não é? Não há segredo.

Por isso o limite da sensibilidade é o único limite legítimo defensável para que possamos julgar os interesses e direitos alheios. Mesmo assim, a perspectiva em que são pautadas as ações dos CCZs é a da injustificável crueldade. Digam o que quiserem, usem os argumentos que quiserem, nada pode mascarar a verdade. Assim como Luísa e Goretti, participamos de muitas reuniões. E, nas reuniões, eles sempre vêm com aqueles malditos protocolos, como se cumprissem os protocolos. Cumprindo ou não, eles estão fazendo a coisa errada. Isso é sabido.

Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para a recusa de levar esse sofrimento em consideração e, mais ainda, em infligir o aumento desse sofrimento, pois não basta o animal sofrer na rua, ele tem que ser confinado em lugares fétidos, ouvir o grito dos companheiros arrastados nos corredores da morte, sobreviver em jaulas úmidas e tremer de pavor diante dos laçadores que os reconhecem como presas e vítimas fáceis. Não basta sofrer, tem que ser pior, tem que ser horror, tem que ser CCZ.



Desvela-se, sim, por trás dos protocolos ou da falta deles, do engessamento administrativo e da falta da boa vontade e de pesquisa um ser humano soberano e perigoso. Estamos aqui porque temos uma dívida com os animais. Não estamos aqui porque somos bonzinhos, não. Estamos aqui porque temos uma dívida. E certamente não vamos conseguir pagá-la, não vamos conseguir responder a ela, mas nós vamos lutar.

Essas denúncias são gravíssimas, e, na realidade, a grande maioria da população as ignora ou desconhece. É imprescindível e absolutamente necessário que essa crueldade seja exposta e conhecida por todos, para que seja exemplarmente punida no Brasil.

Podemos falar em abolição, um escuta e a maioria não entende. Vamos continuar falando em abolição, e, daqui a pouco, muito mais gente vai entender. Precisamos repetir: repetir as cenas de crueldade, repetir as injustiças, mas repetir também o que queremos. E queremos o fim da escravidão.

É preciso que se atraia a instituição de leis, órgãos e políticas públicas de maior proteção e para que, principalmente, um novo paradigma ético oriente a sociedade, incluindo animais não humanos como seres titulares de direitos e parte da comunidade de vida que todos os seres formam.

A discussão em torno das políticas públicas ambientais no Brasil ganha força pela globalização das proposições dos movimentos ecológicos, e hoje temos a maravilhosa oportunidade aqui de ressignificar a moralidade nas ações humanas com os animais, diminuindo esse fosso ético. Afinal, *“nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou”*. Isso é fantástico, é o que nos move, é o que move o ativismo. *“Nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou.”* É chegada a hora. Nós não podemos perder essa oportunidade.

É chegada a hora de pôr fim à escravidão. Isso é possível e já acontece em muitos lugares do Brasil. A Goretti citou um exemplo bacana. Nós citamos a cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, que era um centro de tortura também, como a Goretti relatou que acontecia, e transformou-se. Hoje a responsável veterinária recebeu uma moção de aplausos pela transformação. Isso é possível.

Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, também é um exemplo. O Prefeito matava, todo mundo matava, e nem se pensava nisso. Hoje eles separaram o centro



de controle de zoonoses do centro de bem-estar animal. Se é possível em um por que não multiplicamos isso em tantos mais?

Agora, o que nós vamos fazer? Nós vamos passar para a Tiziane falar dos aspectos jurídicos. Agora vem o rojão. Como é que vamos fazer todo esse ativismo virar uma causa com resultados? A Tiziane é o jurídico da FAOS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode ser daí ou daqui, como preferir. (*Pausa.*)

A SRA. TIZIANE MACHADO - Boa tarde a todos! Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da audiência. Cumprimento os Srs. Deputados, os senhores colegas ativistas, meus colegas da causa, minhas amigas cearenses.

Adriana, obrigada por me ceder 5 minutos para falar um pouco sobre a nossa experiência em relação ao ativismo. Em primeiro lugar, eu estou aqui representando, além dos protetores, a FAOS. Eu faço parte da diretoria jurídica da FAOS e também sou Presidente da Associação Brasileira dos Defensores dos Direitos e Bem-Estar dos Animais.

Hoje a leishmaniose visceral é a zoonose mais importante no Brasil, vulgarmente conhecida como calazar. No Brasil, em 2013, houve 3.396 casos, dos quais 59,1% estão concentrados na Região Nordeste; 17%, na Região Norte; 14%, na Região Sudeste; 9%, na Região Centro-Oeste; e 0,1%, na Região Sul. A taxa de letalidade dessa doença só aumenta. De 2012 a 2013, dobrou a taxa de letalidade. Quando falo em taxa de letalidade, eu falo na taxa de letalidade humana.

A justificativa, o motivo, a motivação que os centros de controle de zoonoses têm para controlar essa zoonose, orientados pelo Ministério da Saúde, é a eutanásia, é matar os animais, que são depositários do mosquito que transmite a doença. Não é o animal que transmite, é o mosquito, mas o Ministério da Saúde, de forma arcaica, superada e atrasada em relação ao resto do mundo, preconiza que os Centros de Controle de Zoonoses matem os animais.

O que está acontecendo como consequência dessa matança? O número de casos de leishmaniose humana está aumentando. Então, estamos aqui para dizer ao Ministério da Saúde e aos centros de controle de zoonose: vocês estão errados. Nós estamos sendo prejudicados. Nós, pessoas, seres humanos, estamos sendo



prejudicados e morrendo por conta da leishmaniose, porque o Ministério da Saúde e os CCZs não estão fazendo o papel deles.

Eu estou superorgulhosa de vocês de Recife. Infelizmente, nós não podemos dizer a mesma coisa do nosso Estado.

Essa foto da marreta, que vocês viram aqui, foi tirada em fevereiro de 2014, numa visita surpresa em que eu e mais 10 advogados fizemos ao Centro de Controle de Zoonoses da capital cearense, porque havia uma denúncia de que os animais estavam sendo eutanasiados à marreta.

Existe uma ação civil pública, de autoria do Ministério Público do Ceará, que processa o Município de Fortaleza com provas cabais, inclusive com decisão favorável já, de eutanásia com requintes de crueldade. Fazendo a visita surpresa em fevereiro de 2014, na sala de eutanásia, o jornalista que nos acompanhava fotografou essa marreta que vocês viram aqui nos *slides*.

Então, estamos estarecidos, apavorados com a situação, em primeiro lugar, pela inabilidade ou, digamos, pela técnica não tão bem adotada da eutanásia dos animais. A eutanásia dos animais não controla zoonose, não controla a leishmaniose visceral. O que controla a leishmaniose visceral é o tratamento. Ministério da Saúde, a sua Portaria nº 1.426 é ilegal! Existe uma decisão judicial dizendo isso: revogue essa portaria ministerial, Ministério da Saúde!

Existe uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do qual muito me orgulha o voto daquele Desembargador quando disse: *“Os Municípios têm que criar vergonha e instituir uma política pública de proteção da vida animal, como manda a Constituição Federal”*.

Estamos vivendo num Estado Democrático de Direito, em que as normas têm que ser obedecidas. Em primeiro lugar, a norma constitucional.

O art. 225, inciso VII, diz que incumbe ao poder público instituir política pública de controle da população animal e não exterminá-los. A lei federal de crime ambiental apenas está cumprindo o que diz a Constituição. Nada mais do que isso.

Então, como podemos assistir a uma desobediência civil dos Municípios, ao exterminarem os animais, contrariando uma decisão do Supremo Tribunal Federal, contrariando uma lei. Não podemos ficar de braços cruzados! Rogamos uma CPI, Deputados Ricardo Tripoli e Ricardo Izar, que esses crimes sejam apurados, as



peçoas sejam punidas e principalmente que tenhamos uma agenda positiva em relação ao controle da zoonose e em relação à proteção da vida dos animais que eles merecem.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. LUISA MELL - Tiziane, não sei se você ou alguns dos Deputados podem responder a minha questão. O que nós teríamos que fazer para que se mudasse a política pública em relação à leishmaniose? Sobre as leis, são os Deputados que têm que me responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Existe um projeto que está tramitando aqui sobre a questão do tratamento da leishmaniose.

A SRA. LUISA MELL - Qual é o tratamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Relator, Deputado Mandetta, estava aqui.

A SRA. LUISA MELL - Eu falei que estou numa fase prática. Então, eu quero ver qual o caminho...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Posso dar uma palavrinha sobre leishmaniose?

A SRA. LUISA MELL - Claro, por favor!

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Há cerca de 6, 7 anos, nós estivemos no Ministério da Saúde, que não entende o problema da defesa animal como de saúde pública. Na época, eu solicitei uma audiência ao Ministro Padilha. O pessoal que faz o controle na área de zoonoses estava presente nesta audiência. Convidei a Dra. Vanice Teixeira Orlandi, que vocês conhecem e que preside a UIPA, de São Paulo, convidei também a Regina Macedo, que é jornalista e trabalha com o Roberto Tripoli, que é da área. Como entidade de proteção estava o pessoal do Focinhos Gelados. Foram estes que acompanharam essa audiência. Lá nós alegamos exatamente isso: como acabar com a leishmaniose no Brasil? O problema vinha se agravando. O mosquito-palha não pega só o animal, mas também o ser humano. Se não houver uma assepsia no local e se colocar outro animal, haverá problema novamente.

Enfim, nós fizemos uma exposição numa reunião de quase 2 horas, explicando, fazendo um apelo a eles. Já que eles estavam num projeto de muitos



anos de erradicação da questão da vacinação que eles fazem, entre aspas, “todos os anos” para o problema da raiva, que obviamente nós tivéssemos medicamentos à altura. Como eles disseram que não tinham, que existiam alguns laboratórios que estavam planejando medicamentos nessa área, eles se comprometeram naquela época a entregar coleiras que viriam com o nome de Mustang. Algumas viriam da França e outras estariam sendo fabricadas no Brasil. Essas coleiras evitariam a proliferação do chamado mosquito-palha, que causa o problema da leishmaniose, que é horrível.

Além de o Ministério da Saúde não atender essa questão, não resolver o problema, não fornecer nem coleiras, como eles haviam se comprometido, eles resolveram agora, recentemente, baixar essa portaria em que eles se eximem da responsabilidade da defesa dos nossos animais. Então, está a deus-dará. Isso não necessitaria de lei específica, embora esteja aqui já no Congresso Nacional transitando leis específicas. O próprio Ministério da Saúde, identificando o problema, conhecendo a causa, sabendo do efeito e da convicção dos cientistas que lidam com essa causa, já deveria ter liberado.

Portanto, eu acho que nós poderíamos tirar aqui desta reunião, Ricardo, uma nota de repúdio ao Ministério da Saúde, que não toma atitude alguma no que diz respeito especificamente a este caso.

Não vamos falar de cinomose nem de outros casos, mas à leishmaniose, especificamente, nós deveríamos fazer um ato de repúdio aqui da nossa Comissão. (*Palmas.*) E mais: entregarmos ao Ministro da Saúde, Sr. Arthur Chioro, para que S.Exa., de uma forma diferente do Ministro que saiu de lá, tenha outra visão a respeito desta questão. Nós não podemos mais conviver com isso diuturnamente, a todo instante.

Repassar às Prefeituras não é correto. Se nós temos recursos do Governo Federal, da mesma forma que ele fez durante muitos anos a tentativa da erradicação da raiva, que faça também da leishmaniose.

Só para fazer um parêntese. Disse um veterinário aqui de Brasília — falha-me o nome dele agora —, num programa de televisão que nós participamos aqui, que ele trata animais com leishmaniose e consegue resolver o problema. Então, não é que tenha que ir para o extermínio ou coisas do tipo. Depois eu queria dar uma



palavrinha sobre todos os assuntos, mas sobre esse específico deveria ser feita uma nota de repúdio ao Ministério.

Eu cumprimento aqui as OABs, tanto a do meu Estado de São Paulo, como a do Estado do Ceará e dos demais Estados que têm colaborado muito. Elas poderiam subscrever conjuntamente com a nossa Comissão, Deputado Ricardo Izar, pedindo que obviamente que primeiro revoguem essa portaria, que é uma coisa alucinógena. Em seguida, incorporem o tratamento e o fornecimento dessas vacinas que eles comprometeram conosco há mais de 7 anos, bem como as coleiras que não chegaram até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para complementar o que disse o Deputado Ricardo Tripoli, existe o Projeto nº 1.738, de 2011, do Deputado Geraldo Resende. Este projeto já está tramitando há um tempo na Casa, o Relator é o Deputado Mandetta, que estava aqui. S.Exa. fez um relatório favorável ao projeto, só que agora pediram vistas e uma audiência pública para tratar do tema. De novo, porque já houve audiência pública sobre o tema diversas vezes. Eu acho que também é um tema que deveríamos tratar na própria CPI.

Queria anunciar a presença do meu amigo e Deputado Arnaldo Jordy, que vai ganhar uma camiseta autografada. *(Risos.)*

Antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero dizer que recebi o recado de uma pessoa que eu faço questão de cumprimentar aqui: a Carolina Mourão, a organizadora e idealizadora do Acampamento Animal. *(Palmas.)* Eu recebi um recado dela para dizer para vocês, como estamos numa discussão calorosa, que depois haverá um *show de rock and roll* no lugar do acampamento.

Os Deputados também estão convidados.

Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Inicialmente, eu queria cumprimentar o Deputado Ricardo Izar pela iniciativa. Nós agora estamos à frente desta CPI, na qualidade de Presidente e Relator. É bom que fique claro que nós temos só 190 dias para fazer um relatório, apresentando sugestões, encaminhamentos e denúncias que obviamente não vão ficar no âmbito do Legislativo. A nossa ideia é que esse relatório também pegue corpo. Através da



Ordem dos Advogados do Brasil, que possamos chegar ao Ministério Público para que eles ofereçam denúncias, como foi dito aqui e que eu acho fundamental.

Então, queria cumprimentar aqui a minha amiga Luisa Mell, que não é tão velha assim como ela disse, embora o primeiro programa de televisão que ela fez eu tenha participado com o Roberto, meu irmão. A mãe dela, que é tão jovem quanto ela, produziu o programa, que foi fantástico, foi muito bom. Pena que está fora do ar. A senhora precisa voltar. Quando seu filho fizer 2 anos, comprometa-se a voltar, porque é importante continuarmos a ter pelo menos um canal de comunicação com a sociedade. A senhora fazia isso com muito talento, com muita propriedade e seriedade, que sempre a caracterizaram.

Cumprimento também a Adriana Khoury, que é ambientalista, protetora dos animais e preside hoje a Federação das Associações das ONGs. A Adriana, para nós, foi uma grande conquista. Quando tivermos um problema que não conseguirmos resolver, chamaremos a Adriana e a tropa dela, porque elas invadem locais, pegam e redistribuem os *beagles*, nos ajudam. (*Palmas.*) A Adriana é nossa parceira há muito tempo. Tenho uma das *beagles* ainda comigo; a outra faleceu porque estava com câncer e já não tinha como sobreviver. Atuamos conjuntamente com todos os senhores. A Adriana tem sido um grande expoente nessa luta.

Precisamos sempre do incendiário e do bombeiro para as coisas darem certo. A Luisa Mell ficou ilhada. Eu tive que ir retirá-la, salvaguardá-la, porque ela estava isolada, e a Polícia Militar estava dando tiro para todo lado naquele dia. Não foi fácil, foi um dia muito difícil para todos nós.

Cumprimento o Dr. Wilson Ricardo Ligiera, meu colega, companheiro advogado. Eu fico muito honrado em vê-lo aqui na nossa Comissão de Meio Ambiente.

É importante, é fundamental o apoio da Ordem dos Advogados. Estive, no mês passado, na OAB do Rio de Janeiro, fui fazer uma visita à SUIPA, que é uma organização que tem 73 anos. Quem está à frente dela é a Bebel, que faz um trabalho muito bonito. Na ocasião, aproveitei para falar brevemente na OAB do Rio de Janeiro e percebi que realmente a Ordem dos Advogados do Brasil, em todos os Estados brasileiros, tem sido hoje a grande precursora no que diz respeito à legislação. Orgulho-me muito por pertencer à Ordem. Hoje não é o Ministério Público



nem o Judiciário, mas a Ordem dos Advogados toma a frente nessas questões em todo o País.

O SR. WILSON RICARDO LIGIERA - Deputado, gostaria de já convidá-lo a estar conosco na OAB de São Paulo para conversarmos a respeito desses assuntos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Terei o maior prazer. Agora que me convidou, vou à OAB de São Paulo, como já fui à do Rio. Estarei em casa lá.

Cumprimento a Maria Goretti Cordeiro de Queiroz. Quando chegou à Casa, a primeira coisa que o Deputado Daniel Coelho disse ao me procurar — nós somos do mesmo partido — foi: *“Tripoli, estou nessa defesa da causa animal. Lá em Pernambuco tenho um grande apreço por ela”*. Ele me falou de você, não só do grupo todo que a acompanha, mas também do trabalho que faz lá no que diz respeito às minorias, etc., e citou com muita eloquência a questão da proteção animal.

Sei que ele está fazendo hoje um trabalho importantíssimo com o código de defesa animal, o qual aguardo e pelo qual torço. Vamos ter uma alegria e uma tristeza aqui. Será uma alegria, com certeza, porque ele tem muita chance de ser o futuro Prefeito da querida cidade de Recife, e espero que ele chegue à Prefeitura, porque aí haverá muitos hospitais públicos de cães e gatos lá. No entanto, será uma tristeza ele sair da Câmara Federal e nos deixar órfãos, porque é um grande Parlamentar, um grande Deputado, um pernambucano que honra realmente o seu Estado.

Maria Goretti, parabéns pelo seu trabalho, pela dedicação, pelo talento com que a senhora mostrou os avanços que ocorreram aqui! Como a senhora tratou da questão do CCZ, vou começar por ela. Quando o CCZ foi criado, há 50 ou 60 anos, a função dele era muito clara: era o extermínio de animais mesmo. Havia as chamadas câmaras de contenção, onde eles colocavam os animais. Depois de 7 dias, se os animais não fossem reclamados, aquela câmara, onde se jogavam tanto cães como gatos, era fechada e eles morriam por asfixia, porque se retirava oxigênio. Esse holocausto não existe mais, hoje é proibido por lei, e os CCZs foram de certa forma se acomodando. Talvez a marreta que foi vista aí tenha substituído essas câmaras em alguns lugares.



No Pará houve aquele exemplo do Prefeito, que, num momento de alucinação, resolveu fazer controle populacional de cães e gatos através da compra, da aquisição, amarrando as patas e o focinho dos animais e jogando-os numa ilha, de onde muitas vezes voltavam boiando pela água. Isso não é nenhum método de controle populacional.

Lá em São Paulo, apesar de todas as dificuldades que existem, nós conseguimos os dois primeiros hospitais públicos de cães e gatos do Brasil. O meu irmão Roberto Tripoli foi um precursor dessa ação, porque conseguiu convencer o Prefeito de que 10 milhões por ano teriam um retorno enorme perante a sociedade.

Ontem encontrei o Dr. Grassi, que a Luisa Mell conhece muito bem, que é parceiro nosso e grande precursor da entidade que ele presidiu. Hoje ele está à frente dos hospitais. Só numa única semana, setecentos animais passaram pelo Hospital Público do Tatuapé. Agora há o da Zona Norte também. Então, conseguiu-se separar, como em Pernambuco nós vimos. Há o CCZ, que cuida da questão das abelhas, dos roedores, das questões de zoonoses mesmo, e os hospitais públicos.

Precisamos agora de um trabalho que a senhora desenvolve muito bem, Luisa: a questão de o próprio hospital ficar no controle ajudando nas campanhas de castrações e de adoções. Acho que este é o grande caminho. Quando nós começamos lá atrás, a história das castrações era um problema sério, porque havia gente que não queria. “*Quer dizer que vão castrar os machos e não as fêmeas!*” Hoje, não, já conseguimos consertar esta questão, que já está tranquila.

Quanto à questão do censo, que foi dita aqui pela Sra. Goretti, há uma solicitação ao IBGE para que ele, quando fizer o censo de seres humanos, faça o censo de cães e gatos domésticos para termos uma avaliação de quantos existem hoje no Brasil e de que maneira temos que fazer a atuação, porque, enquanto nós não tivermos o censo, fica difícil saber qual é o volume da população de animais. Obviamente, nós vamos ter que estimar aqueles que estão abandonados nas ruas, porque nós vamos fazer uma aferição daqueles que estão nas suas casas. Isso deve ser feito neste ano, se o Governo Federal não resolver fazer nem para humanos, porque eles estavam dizendo que não fariam.

Quero lembrá-los — poucas pessoas sabem — que eu tive a oportunidade de ser Secretário do Meio Ambiente, lá no Estado de São Paulo. Com o Deputado



Ricardo Izar — o pai dele era um grande amigo meu, cheguei a levá-lo inclusive à inauguração —, em 2000, nós inauguramos o primeiro Hospital Público de Cães e Gatos do Estado, não do Município, que era no Horto Florestal. Já havia um preconceito muito grande dos engenheiros florestais que diziam que o problema dos animais no Horto atrapalharia a sobrevivência das plantas. Eu até dizia para os engenheiros se os animais nasciam em local de concreto, porque nem os silvestres poderiam estar ali. Eu dei azar. O Secretário que me sucedeu — eu não preciso esconder, porque isso foi matéria de jornal à época —, o Prof. Goldemberg, que é um cientista da área de energia nuclear, resolveu desativar o hospital, em que se podia fazer cirurgia em leões. Havia elevador para o centro cirúrgico. Todo ele construído e feito com dinheiro de passivos ambientais, mas foi abandonado. É uma pena. O Roberto conseguiu resgatar depois pelos municipais. A ideia é que façamos, nas regiões administrativas, hospitais públicos de cães e gatos, para que possamos avançar mais do que já conseguimos até hoje.

Quanto à questão da lei, nós tivemos a oportunidade — o Deputado Ricardo Izar me ajudou muito — de aprovar aqui a primeira lei que aumenta a pena dos crimes contra cães e gatos. A lei de hoje estabelece 3 meses a 1 ano, o que é muito pouco, porque a pena de 3 meses a 1 ano converte-se em serviços sociais, e a pura entrega de uma cesta básica já resolve a condenação do sujeito. É muito pouco para quem leva um animal ao extermínio. É a coisa mais simples que há, sem contar aqueles casos em que há intenção, dolo, de matar um animal. O pessoal joga gasolina, põe fogo, asfixia, arrasta atrás de uma caminhonete. Esse nível de ódio que existe concentrado em algumas pessoas tem que ser combatido na mesma proporção. Nós não vamos arrastar as pessoas nem pôr fogo, mas que eles cumpram, na cadeia, penas agora que vão de 3 a 5 anos, podendo a pena aumentar se houver mais de um agente.

Então, a senhora vai me perguntar se há detenção ou se o pessoal fica preso na cadeia...

A SRA. LUISA MELL - Não. Eu quero saber onde foi aprovado.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, não. Eu vou agora explicar.

A SRA. LUISA MELL - Porque eu já falei que estou nesta fase prática.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deixe-me terminar! Deixe-me terminar!

A SRA. LUISA MELL - Aprovados quantos anos? Eu quero saber, na prática, se eu vou à delegacia e vou ficar lá, enquanto o bandido sai antes que eu. É o que acontece com quase todo mundo. Não é, gente?

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É capaz de a senhora ficar e do bandido sair.

A SRA. LUISA MELL - Mas é o que acontece!

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Olhem aqui. Deixe-me colocar o seguinte. A lei foi aprovada aqui na Câmara, por unanimidade. Ela está no Senado. O Relator — eu já conversei com ele — é o Senador Alvaro Dias. Se os senhores puderem, mandem um *e-mail* ao Senador Alvaro Dias: “*Parabéns! O senhor é o Relator da matéria*”. Eu conversei com ele, que me disse que o parecer dele será favorável. Agora, mais do que favorável, é importante não haver modificação no parecer, porque, se aprovado, de lá vai à sanção. Se houver modificação, volta para cá, e aí há aquela turma do rodeio, etc., que os senhores já conhecem. Obviamente, eles acham que isso é a abertura de um caminho mais longo que vai acabar com outros tipos de atividades de outros projetos nossos que estão aqui tramitando. Então, está lá com o Senador Alvaro Dias. Imagino que ele relate. No próximo mês, isso deve estar pronto, mas é bom sempre uma palavra com ele.

Por último, lembro, pessoal, que obviamente esta é uma sessão específica para o Centro de Controle de Zoonoses, mas eu já conversei com o Deputado Ricardo Izar, Presidente da CPI, que a nossa ideia é ampliar o horizonte. Nós temos que trabalhar incansavelmente pelos domésticos, mas não podemos nos esquecer dos silvestres, que hoje são o terceiro índice financeiro-econômico no mundo de contrabando. Entorpecentes é o primeiro; armas é o segundo; e animais silvestres é o terceiro. O Brasil é um grande fornecedor desses animais. Para termos uma ideia, um filhote de arara-azul, na Alemanha, vale de 8 a 10 mil dólares. Eles põem num tubo de PVC meia dúzia. Se morrerem um ou dois, eles ainda terão lá, pelo menos, uns 30, 40 mil dólares por tubo de PVC! Estou falando da ararinha-azul. Estou dando um exemplo da espécie. Há várias. Então, na CPI, seria importante que



apurássemos essas questões e também as questões dos chamados exóticos, que são aqueles animais que ainda estão em circos ou em alguns santuários.

A SRA. LUISA MELL - E os zoológicos, que são uma vergonha no nosso País. (*Palmas.*) Recebemos denúncias todos os dias. É uma vergonha o que acontece nos zoológicos do País.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E vou dizer uma coisa. Vou contraditá-la agora. Você pode até ficar chateada comigo. Eu fui pedir para o Ministro do Tribunal para manter o elefante e o rinoceronte aqui no zoológico. Vou explicar por quê. Quando tiramos daqui o antigo dono do Le Cirque, tivemos que esconder o tal Cebola, que é amigo nosso, que tinha circo, arrependeu-se, converteu-se e nos ajudou a prender o Le Cirque aqui com todos os animais. O chimpanzé foi para a GAP, um grande santuário elogiado por todo mundo.

Mas o que aconteceu? O Russo vem ainda aqui, como visitante, uma ou duas vezes por mês, dar comando para o urso, que fica em pânico e volta lá para o local em que fica. Os funcionários me contaram isso outro dia. Para o rinoceronte, o que ele quer? Ele montou um santuário que não existe, localizado no Uruguai. O que ele quer fazer com esses dois animais? Ele quer atravessar a fronteira e vendê-los no Uruguai. Estimam o valor do rinoceronte, por ser um rinoceronte branco, em mais de 2 milhões de reais, e o elefante, provavelmente, nuns 500 mil reais. Então, nós estamos lidando com contrabandistas, com delinquentes. Existe uma ação...

A SRA. LUISA MELL - Mas há santuários sérios, como o Rancho dos Gnomos, que todo mundo conhece.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não. Calma!

A SRA. LUISA MELL - Então, queremos levar o leão e a onça. O senhor viu como eles estão aqui em Brasília? (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não. Eu não estou tirando o mérito da onça. Eu estou dizendo o seguinte: nós temos que tomar cuidado, porque nós não podemos deixar — é disso que eu estou lembrando, Luisa — claras essas questões. Não se pode tirar o elefante nem o rinoceronte de lá agora. O ElefanthVoices está fazendo, no Piauí, provavelmente, ou no Ceará, um santuário.

A SRA. LUISA MELL - Eu sou madrinha.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Na hora em que estiver pronto, nós vamos pedir que o elefante vá para lá, talvez até o rinoceronte, antes que eles cortem o chifre do rinoceronte, porque eles estão loucos para fazer isso também.

Então, agora, eu pedi ao Ministro, que me garantiu que ficariam lá. Quem entrou com a ação foi o dono do circo. Ele quer o retorno financeiro ou o animal de volta. Como o zoológico não vai ter o dinheiro, em tese, haveria de devolver o animal. Nós fomos lá brigar para que o animal não saísse de lá.

Outra coisa que no Brasil é muito ruim — e eu briguei outro dia aqui numa reunião que nós tivemos na Comissão de Meio Ambiente — é que a polícia hoje apreende o animal e fica como fiel depositário o delinquente. Bom, então, vamos fazer o seguinte: o sujeito assalta um banco e fica com o dinheiro até provar que o dinheiro era do banco ou não. Roubam um carro, aí se deixa o carro com o delinquente. Com os pássaros, isso acontece aos montes. No caso do anilhamento, por exemplo, o animal parece que não morre no Brasil. Eles registram 100 animais. Se um animal morre, tem-se que devolver a anilha. Eles não devolvem, porque eles esquentam, alargam e colocam num animal que foi apreendido na floresta.

Então, há uma série de coisas para discutirmos aqui na CPI. Ela vai ser fundamental. Foi duro conseguirmos criá-la. O Deputado Ricardo Izar sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqui é a audiência pública do CCZ.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Vou voltar. Vou encerrar. É que deu tempo, e vamos falando.

Então, na questão da CPI, mandem as sugestões, mas não se esqueçam de concentrar em todas essas áreas, porque é fundamental lidarmos com toda a cadeia produtiva dos nossos animais.

Muito obrigado pela participação dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Carlos Gomes, que está ao telefone. Eu espero S.Exa. desligá-lo.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, eu quero cumprimentá-lo por esta iniciativa. Na pessoa da Luisa Mell, cumprimento os demais ativistas aqui presentes. Na pessoa do nosso Cristiano



Moraes, da Coordenadoria de Bem-Estar Animal de Canoas, do Rio Grande do Sul, cumprimento os representantes das demais instituições.

Deputado Ricardo Izar, nós tivemos a felicidade de aprovar a lei aqui apresentada a partir de iniciativa do Deputado do PV de São Paulo.

Eu sou autor da Lei Estadual nº 13.193, de 30 de junho de 2009, que nós conseguimos aprovar no Rio Grande do Sul e que teve um efeito muito grande no Estado. Evidentemente, com a CPI, nós vamos dar uma mexida nisso. Quando se aprova a lei, num primeiro instante, há aquele impacto, mas depois volta-se ao estado original de matança. O tema é esquecido, e o olhar é desviado. A CPI vai tratar de alguns casos, vai visitar os Centros de Controle de Zoonoses, que, de fato, no Brasil, são uma vergonha. Foram feitos simplesmente para assassinar animais.

Quero agradecer a oportunidade que o meu partido me deu para compor a CPI. Eu já trabalhava na causa animal no Rio Grande do Sul.

Eu quero, com a CPI, visitar a cidade de Bom Jesus, na Serra Gaúcha, onde houve uma grande matança de animais — mais de 200 cães foram assassinados, envenenados —, para ver em que pé anda o processo, se os responsáveis estão respondendo e como o delegado está tratando o caso.

Eu quero dizer que nós somos parceiros da causa. Temos, sim, que fazer um trabalho de conscientização da população acerca do bem-estar e, sobretudo, do amor aos animais.

Eu termino a minha fala sucinta citando o provérbio que diz que o homem bom cuida bem dos seus animais. Está na Bíblia. Nós temos que cuidar e tratar bem dos animais.

Sou parceiro. Estaremos juntos, trabalhando para produzir um bom resultado na CPI. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Alexandre Serfiotis.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Boa tarde a todos!

Parabenizo o Deputado Ricardo Izar, que será Presidente da CPI, e o agradeço por me incorporar a essa causa, como representante do Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado. V.Exa. se tornou um grande amigo neste ano.



Cumprimento a Luisa Mell e todos os ativistas, as associações, as ONGs e a OAB, que têm essa luta e esse trabalho fantástico.

Eu sou médico de profissão.

Deputado Ricardo Izar, fiquei muito contente quando recebi o comunicado da abertura da CPI. Na hora, pedi a V.Exa. que me incluísse. No mesmo momento, V.Exa. o fez. Meu imenso agradecimento.

Eu sei que há uma luta enorme em prol dessa causa e que o tema vem ganhando força na sociedade. Nós precisamos agora sensibilizar o coração das autoridades, que infelizmente ainda está muito duro e muito resistente a essa causa. É uma pena!

Nós que estamos lá na ponta, nos Municípios, sabemos que muitos deles não têm sequer um CCZ para amparar e atender aos animais. Quando se vai aos Municípios, aos Estados se vê o que realmente acontece — a barbaridade, o extermínio em massa, os maus-tratos, não só dos CCZs, mas da sociedade de modo geral, nas ruas. O abandono acontece até dentro de algumas casas de pessoas que dizem cuidar de seus animais.

Eu acho que temos uma luta muito árdua. Realmente, não é uma batalha fácil, como a Luisa falou. Ela está nessa caminhada há muito tempo e está num momento mais prático, quer ver a coisa acontecer. Aliás, não só você, Luisa, mas também todos o que estão aqui querem isso. Infelizmente, há leis, mas elas não são cumpridas. Por isso, os fatos não são apurados como deveriam ser.

Então, sabemos que esta audiência pública e certamente a CPI vão ter um trabalho de extrema importância, vão desenvolver um trabalho que realmente possa mudar essa realidade no País. Como foi dito, não só os animais de pequeno porte, mas também os silvestres e os de grande porte sofrem crueldades. São cavalos abandonados, que têm uma jornada de trabalho de 18 horas por dia ou mais, que ficam o dia inteiro arreados em uma carroça, sem água, sem comida, às vezes animais já velhos, magros. A situação chega a ser bárbara que dá vontade realmente de descer do carro, desarrear o animal, chamar a polícia, chamar um caminhão e recolhê-lo.

Eu fiquei muito contente quando o Deputado Ricardo Izar aceitou meu nome como indicação para participar desta CPI. Pretendo, Deputado Ricardo Izar, somar-



me a vocês nessa luta; contribuir com meu trabalho de Parlamentar, para que eu possa, de certa forma, aprender muito com vocês. E espero que eu também possa contribuir de alguma maneira para mudar essa realidade; que possamos tornar essa CPI um marco realmente diferencial, para que, a partir dela, os fatos sejam apurados, novas ideias e novos projetos sejam traçados. Acredito que, focando no coração dessas autoridades, podemos mudar essa realidade e fazer com que os CCZs cheguem a diversas localidades. Às vezes discutem-se muito aqui algumas questões, mas é lá na ponta, no Município, onde tudo acontece, que realmente se enxerga o problema. Como eu disse, muitos lugares nem tem CCZ.

No Município, não se consegue fazer campanhas de castração dos animais, não se consegue fazer esse controle, e, de certa forma, esses animais são mesmos exterminados, como eles dizem, para tentar resolver essa questão no Município.

Então, eu espero que possamos desenvolver um excelente trabalho.

Ontem eu estava em casa com o meu filho. Nós temos sete cachorros em casa. E ele estava brincando na cama com o cachorrinho dele quando disse: *“Pai, ainda há gente que faz crueldade com um bicho desses.”* De fato, isso é muito triste. Mas eu sou um apaixonado pela causa e espero, sim, poder contribuir com vocês, para que possamos mudar a história desses animais e sair daqui com o dever cumprido do nosso mandato.

Obrigado, meu amigo. Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Eu queria cumprimentar a Adriana; o Wilson; o Deputado Ricardo Izar, que preside esta reunião; a Luisa Mell; a minha conterrânea Goretti, que está aqui por solicitação nossa inclusive. Quando esse requerimento foi apresentado na Comissão de Meio Ambiente, da qual todos nós fazemos parte, eu fiz questão de pedir ao Deputado Ricardo Izar, que, num primeiro momento já conhecia o trabalho da Goretti, a convidasse para vir aqui, porque ela pode contribuir conosco, inclusive também mostrando um pouco do que acontece em Pernambuco.

Aproveito para saudar todos os pernambucanos e pernambucanas que estão aqui presentes: a Luciana, a Nair, a Ana Cláudia, o Douglas, enfim todos. Sabemos



que houve uma grande mobilização, que um ônibus veio de Pernambuco — as pessoas estão em um acampamento —, para que os pernambucanos nos mostrassem o que tem sido feito naquele Estado. Eu fico muito feliz com a mobilização que está havendo por parte dos protetores de animais do meu Estado.

Lembro que, na época em que comecei a atuar na defesa dos animais, no primeiro ano em que fui Vereador da cidade de Recife, Deputado Ricardo Tripoli, em 2005, eu já observava o seu trabalho a distância. Eu não era ainda do PSDB, mas já tinha V.Exa. como uma grande referência na área de proteção animal em todo o País.

E lembro também que, quando comecei a trabalhar nessa tese, nessa causa na Câmara Municipal, na época, Goretti, o que discutíamos era um problema que continua presente até hoje: as carroças de tração animal. O Deputado acabou de falar da indignação dele, que, com certeza, todos nós temos. É inadmissível que, em um País como o Brasil, as regiões metropolitanas e as grandes cidades ainda convivam com carroças de tração animal. A grande verdade é que já deveríamos ter abolido e proibido esse tipo de prática em todas as nossas grandes cidades. A tração animal em área rural pode ser discutida e sobre ela pode haver regulamentação, regras. Mas, na área urbana, é impossível esse tipo de transporte disputar espaço entre motos, ônibus, carros, colocando em risco as pessoas, dificultando a mobilidade e fazendo com que animais sejam maltratados na frente de todo mundo, como se isso fosse normal.

Essa é a realidade brasileira hoje, o que nos mostra, por mais que seja crescente esse movimento de proteção animal, Deputado Ricardo Tripoli, que ainda há muita ignorância e falta de informação em relação a essa questão.

Mas eu me lembro como era isso em 2005 — vocês começaram a discutir isso antes e talvez tenham uma melhor memória —, quando eu comecei a discutir essa tese em Recife, na Câmara dos Vereadores, éramos levados na brincadeira, éramos motivo de chacota. As pessoas nos questionavam da seguinte maneira: *“Vocês não têm o que fazer? Você tem um mandato de Vereador e está discutindo a questão dos animais, enquanto há tantos seres humanos sofrendo?”*

Eles, primeiro, tentavam usar um argumento falso, contrapondo falsas ideias, tentando fazer crer que aquele que defende o animal não se preocupa com o ser



humano. Muito pelo contrário, aquele que agride o animal é o mesmo que agride a mulher, o idoso e a criança, são as mesmas pessoas. *(Palmas.)* O ato de agressão ao animal é um ato de covardia. Então, o covarde é o mesmo.

Portanto, não podemos, em momento algum, todos os presentes, Parlamentares ou não, aceitar esse tipo de argumento que coloca em contraposição a defesa dos animais com a defesa do ser humano. Não há qualquer contraposição. Pelo contrário, tenho certeza de que quem é protetor dos animais tem uma sensibilidade muito maior ao sofrimento humano, pois consegue ter sensibilidade ao sofrimento de qualquer forma de vida. Por isso, precisamos ser muito firmes nesse sentido.

Acho que a sociedade tem vencido este debate. Estou apenas me referindo ao meu período de 10 anos de mandato, mas há outros que militam na área há mais tempo. Se olharmos para trás e vermos o que conseguimos hoje, não tenho dúvida de que hoje temos uma consciência e preocupação muito maiores.

Hoje vários Parlamentares nesta Casa defendem a causa animal, inclusive há representantes de diversos Estados presentes, coisa que não ocorria há algum tempo.

Então, há realmente uma crescente preocupação, e isso se deve, sem dúvida alguma, à consciência do eleitor, que começa a buscar um Parlamentar que represente também as causas e temas que ele defende. Isso é extremamente importante.

Sentimos que todos os que estão aqui têm uma bandeira em comum, defendem as mesmas coisas e estão preocupados, Deputado Izar, em defender os animais. Mas a grande dificuldade que temos é dar foco. Essa foi a minha primeira preocupação quando V.Exa. apresentou o requerimento para a criação de uma CPI. Eu solicitei também na Comissão de Meio Ambiente que fosse Relator e acabei me tornando Relator do projeto que será o tema da CPI. A nossa preocupação, em conversa com V.Exa. e com o Deputado Tripoli, era a de dar um foco à CPI.

Os maus-tratos aos animais ocorrem em diversos locais e áreas. O grande problema é que não podemos deixar a nossa boa intenção atrapalhar os resultados do que queremos construir. Quando conseguimos aprovar o requerimento para a realização desta audiência pública, ainda não havia a certeza de que a CPI seria



criada, apesar do sentimento de que faríamos este debate e continuaríamos na luta para a criação de uma CPI. Hoje temos uma boa notícia: na verdade, esta reunião se torna um preparativo ou o primeiro passo de uma CPI que já está instalada e começa efetivamente esta semana os seus trabalhos.

Então, é muito importante conseguirmos ter foco. E esse foco deve estar nos centros de zoonoses dos Municípios. Isso é extremamente importante, porque é educativo. No momento em que uma CPI do Parlamento brasileiro começa a investigar e, a partir daí, buscar punição para gestores públicos que não cumprem a legislação e praticam o extermínio de animais, a mensagem é passada para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, manter o foco para se ter resultados será um grande desafio que teremos como Parlamentares, associações, entidades e protetores.

É claro que as denúncias serão muitas, mas precisaremos apresentar algum resultado. É muito ruim se não conseguirmos, ao longo dos trabalhos da CPI, ao chegarmos ao final, obter um relatório conclusivo, apontar e punir culpados. Se isso não acontece, fica o sentimento de tempo perdido.

Então, esse esforço para termos foco, que deve ser coletivo, vai depender também de vocês.

Embora eu não pudesse estar presente aqui desde o início, porque estou conciliando minha presença nesta audiência com a reunião de Líderes, onde estou representando o meu partido, ouvi de alguns que é muito importante que colhamos as denúncias agora.

Acho que esse período inicial é extremamente importante, para que cheguem aqui as denúncias e para que elas sejam apuradas. A partir daí, sob o comando do Deputado Ricardo Izar, que presidirá a CPI, e do Deputado Ricardo Tripoli, Relator, espero que possamos fazer as diligências, as visitas aos Estados, aos locais de denúncia, para podermos investigar, averiguar e apresentar os resultados que todos estão esperando.

Então, podem contar, com certeza, com esse grupo de Parlamentares que está aqui, acima de tudo, por acreditar na causa, por sonhar com ela. Não basta apenas ter a sensibilidade para a causa, até porque não é todo mundo que a tem.



Mas reafirmo que esse grupo de Parlamentares aqui envolvido, com certeza, vai dedicar-se para que a CPI dê resultados.

Parabéns, Deputado Ricardo Izar, pela iniciativa! Parabéns, acima de tudo, a todos vocês que vieram de todos os Estados do Brasil para mostrar que há gente lá fora pressionando o poder público a proteger os direitos dos animais, o direito à vida e o direito à proteção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Daniel.

Antes de passar a palavra à Deputada Conceição Sampaio, a próxima na ordem dos inscritos, eu gostaria de pedir a S.Exa. um favor: que assumisse a direção dos trabalhos, pois tenho um horário marcado com o Presidente Eduardo Cunha. Assumindo a Presidência, V.Exa. já poderá usar da palavra, chamar ao debate a Sandra Calado, pois, no tempo da Adriana, eu retirei dela 5 minutos. Então, eu gostaria de devolver a ela esse tempo.

A Deputada Conceição Sampaio poderia, então, comandar daqui. E há também os inscritos para fazer perguntas.

Convido para compor a próxima Mesa, no lugar dos palestrantes, a Carla Sassi, do Centro de Controle de Zoonoses de Conselheiro Lafaiete; a Valéria Mendes, ativista; a Kátia Dietrich e o Cristiano Moraes. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Ricardo Izar pela iniciativa, assim como parabenizo todas as pessoas que representam aqui essa causa que é certamente por uma sociedade mais justa e mais livre — livre inclusive dessa violência que tanto maltrata os nossos animais.

Quero também fazer uma saudação a duas ONGs que representam o Estado do Amazonas e lembrar a dificuldade que certamente cada pessoa que aqui está teve para chegar a esta plenária — o que, para o pessoal do Amazonas, não foi diferente.

Então, aos representantes da ONGs Pata e ComPaixão, muito obrigada. *(Palmas.)*

É o Brasil que se une e se integra para combater essa violência. Da mesma forma, faço uma saudação a todos os representantes das ONGs brasileiras em defesa desta causa tão importante.



Concedo a palavra neste momento à Sra. Sandra Calado.

A SRA. SANDRA CALADO - Vou ser bem rápida, devido ao tempo.

Vou me dirigir ao grupo de protetores dos animais que aqui está dizendo o seguinte: se, de alguma forma, acontecem processos como este, com audiências públicas, instalações de CPI, Deputados, Vereadores, enfim políticos que defendem a causa animal, tudo isso representa a força e a luta de cada um que fala a favor dos animais.

Se não houver, como vemos aqui, pessoas como as que aqui acamparam, pessoas que defendam os animais no País, pessoas que votem para que haja projetos nesse sentido, não haverá sequer uma audiência pública ou uma CPI.

E cada um daqueles que está aqui e que faz este tipo de projeto, assim o faz com o coração voltado ao amor pelos animais. Eu não preciso falar dos animais, pois todos os que estão aqui amam os animais, não tenho dúvida disso e por isso estamos aqui.

Mas posso dizer — e queria encerrar dizendo isto — que a nossa palavra e as nossas atitudes têm força, e força de modificação. A palavra, a atitude e a persistência que podemos ter são capazes de modificar a situação dos animais no País em que nos encontramos.

Há uma frase de Gandhi que deve nos conduzir neste processo: *“A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo que seus animais são tratados”*.

E o Brasil pode ser uma grande nação, unindo-se ao movimento que acontece no mundo, representando os animais.

Então, aos protetores que estão aqui e que tomaram a frente deste projeto, aos Deputados e àqueles que se interessam pela causa animal, eu quero dizer: persistam! Com certeza, nós seremos vitoriosos única e exclusivamente porque trabalhamos a favor do bem e do amor ao próximo. E sabemos, em nossa alma e em nosso coração, que os animais são nossos próximos.

Então, em nome dos animais que estão nos Centros de Controle de Zoonoses chorando, sofrendo por terem sofrido maus-tratos e sendo ignorados; em nome de cada alma humana aqui presente e em nome das almas animais, muito obrigado.

Que Jesus nos abençoe! (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Muito obrigada, Sra. Sandra Calado.

Concedo a palavra, neste momento, pelo tempo de até 5 minutos, à Sra. Carla Sassi, do Centro de Controle de Zoonoses de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

A SRA. CARLA SASSI - Boa tarde a todos que estão na Mesa e aos demais presentes nesta plenária.

Sou médica veterinária, infelizmente a única médica veterinária presente. Aliás, há mais uma, a quem parabeno e agradeço pela presença. Infelizmente, acho que nossa classe não faz muita parte de todo esse contexto.

Desde 2011, estou à frente de um Centro de Controle de Zoonoses. Hoje bato no peito com orgulho e digo que trabalho em um Centro de Controle de Zoonoses, onde nenhum animal fica à mercê de intempéries nas ruas. Lá todas as solicitações relacionadas a maus-tratos são acompanhadas ou pela Polícia Ambiental, ou pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar.

Em 2014, foram conduzidas 13 pessoas à delegacia. Estou falando de uma cidade nada rica, que fica no interior de Minas Gerais, Conselheiro Lafaiete, com 120 mil habitantes. Infelizmente, elas não ficaram presas, mas já é algum resultado.

Lá temos hoje o Projeto Quem Ama Castra. No primeiro ano de realização do referido projeto, foram realizadas 5 mil esterilizações gratuitas para os animais da população. Tive a felicidade de a Adriana apresentar aqui várias fotos do nosso trabalho, inclusive a moção de aplausos que recebemos da Câmara de Vereadores da cidade. Em nosso CCZ, realizamos o procedimento que o animal precisar, com 100% dos custos arcados pelo Município. Se o animal precisar fazer uma transfusão sanguínea, ele fará; assim como uma quimioterapia ou uma cirurgia de emergência.

Está aqui presente a Gabriela, representante de uma ONG que trabalha conosco lá. A ONG está constituída desde 1999, não está endividada, não deve um centavo a nenhuma clínica, exatamente porque atua como uma ONG deve atuar. Caso aconteça uma emergência no horário em que o CCZ estiver fechado, o animal é conduzido para uma clínica e depois transferido ao CCZ, quando o setor abrir.

Logicamente, não foi fácil começarmos. Ainda estamos engatinhando e temos problemas. Pegar uma situação, como a apresentada aqui, e começar a transformá-



la não é fácil. Por isso, é fundamental que seja aprovada a proposta, principalmente a questão das castrações e da eutanásia nos CCZs, porque esta última também acontecia com a administração do cloreto de potássio diretamente na veia do animal, sem sedação ou anestesia. Então, isso também acontecia lá.

O que aconteceu de fundamental foi a politização da proteção animal em Lafaiete. As pessoas têm que se informar e se politizar. Às vezes, infelizmente, há protetores que repudiam isso, mas a verdade é que temos que nos politizar e nos informar. Além de médica veterinária também sou membro de uma ONG e Gerente de Vigilância Ambiental do Município; então, também sou funcionária pública.

A ONG tem a chave do CCZ de Lafaiete. Eles fazem feiras todos os finais de semana, têm livre acesso ao CCZ e a qualquer documento de que necessitem, desde o histórico do tratamento ambulatorial, os relatórios de eutanásia, até os relatórios com o número de animais que entraram e quantos foram adotados. Ou seja, tudo está lá em pratos limpos.

Não vou falar que é fácil, mas dá para fazer, com politização e capacitação do pessoal que está lá. E digo isso porque muitas vezes as pessoas estão fazendo do jeito errado por não saberem a forma certa de trabalhar.

Então, coloco-me à disposição também para quem tiver interesse em se informar. O nosso CCZ está de portas abertas para receber visitas a qualquer hora, a quem tiver interesse em nos conhecer.

O veterinário que quiser se capacitar também pode nos visitar, porque castramos 30 animais por dia. Os nossos veterinários que fazem as castrações são extremamente capacitados. Os veterinários que quiserem ir até lá aprender podem ir, estaremos de portas abertas.

Quem quiser me adicionar no Facebook pode digitar Carla Sassi.

A nossa legislação de proteção animal é de 2006, uma das mais completas que conheço. Mas, só a partir de 2011, conseguimos tirá-la do papel.

Para o que vocês precisarem eu estou à disposição. Qualquer Município que precisar de nossa experiência, faremos o que for possível para atender. Posso ir até a cidade e adoro quando recebo políticos em Lafaiete interessados em levar a outros Municípios o exemplo que temos lá.



Sofremos com um incêndio criminoso no ano passado, no Dia do Médico Veterinário. Perdemos 100% de nossa sede, mas, em 9 meses, ela foi reconstituída. Perdemos tudo, não sobrou uma cadeira ou uma telha. O incêndio criminoso foi noticiado em todo País.

Mas isso é passado, já nos recuperamos e retomamos todas as nossas atividades. Quem quiser auxílio ou sanar dúvidas, pode enviar um *e-mail* para carlasassivet@yahoo.com.br. Estarei à disposição para ajudar no que estiver ao meu alcance.

Obrigada a todos. Parabéns por estarem presentes! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Muito obrigada, Sra. Carla Sassi.

Concedo a palavra à Sra. Valéria Mendes, ativista do Distrito Federal.

A SRA. VALÉRIA MENDES - Boa tarde.

Quero fazer uma dobradinha com o Deputado Ricardo Tripoli. Sou jornalista e fiz um trabalho muito rico na área de tributação, sobre o ICMS. Quando entrei para o ativismo animal, perguntei o tempo todo — até hoje ninguém me respondeu — sobre a tributação de tudo o que é vendido neste País, nos 28 Estados da Federação. Cada Estado tem sua regulamentação. Se vocês não sabem, todo Governador tem liberdade de tributar ou não tributar ou agregar tributos a qualquer tipo de atividade comercial no País, desde um parafuso, passando por uma sandália de borracha até um animal.

Infelizmente, não temos o abolicionismo, o animal é vendido. Mas a tributação sobre essa venda não é cobrada de canis de fundo de quintal. Quando se vende um animal para Porto Alegre ou para São Paulo, ele vai com a guia veterinária, com o certificado de vacinação. Mas por que o ICMS sobre a venda daquele animal nunca foi cobrado? Essa seria uma forma de financiamento para a proteção animal.

Outra deixa: não dependemos apenas da Polícia Ambiental ou da Polícia Militar para atuar em casos de maus-tratos, temos também o Código do Consumidor, que prevê a hipótese de crime fiscal quando a pessoa vende ilegalmente animal na rua e não recolhe imposto. Isso dá prisão e multa imediata. Já que os maus-tratos não dão a punição necessária a quem o comete, temos que ser criativos no caso dos maus-tratos a animais e agir como fazemos com a hipótese de maus-tratos a



crianças: o advogado consegue justiça para aquela criança, menina, utilizando a Lei Maria da Penha.

Devemos ter criatividade e jogo de cintura. O ICMS não é recolhido nas hipóteses que mencionei.

Conheço uma mulher aqui em Brasília que vende animais há 25 anos, com autorização da CBKC — Confederação Brasileira de Cinofilia, que permite o registro genealógico de animais de raças caninas, ou talvez do Conselho Regional de Medicina Veterinária, mas nunca recolheu um centavo de ICMS. Ela fez uma fortuna. E esta é a origem dos animais abandonados na rua: de cada dois ou três animais vendidos, existem outros quatro que são abandonados, ou porque os donos se cansaram ou porque eles foram comprados em uma feira e chegaram aos compradores cheios de cinomose, em razão de as gaiolas ficarem todas juntas em porta-malas de carros. Basta ir ao Carrefour e aos estacionamento de feiras — tais como a Feira do Guará ou a Feira do Paraguai, ambas aqui em Brasília — para ver o número de filhotes sendo vendidos em porta-malas de carros. Onde está a fiscalização sobre isso? Onde está o recolhimento sobre essa atividade?

Pode-se fazer um fundo com isso, um fundo para a proteção animal. O Governador pode agregar 1.000% ou 2.000% ou 3.000%, independentemente da Câmara dos Deputados ou do Senado. Ele pode cobrar imposto sobre essa atividade. Sobre a venda de cada animal no Distrito Federal deverá ser recolhido 15% ou 25% — não sei qual alíquota poderá vigorar na hora. E o Governo poderá agregar esses valores e acabar com o lucro desse vendedor. Será muito mais caro ele pagar imposto do que ter lucro com a venda do animal.

Temos que atuar em todas as pontas. Eu sou vegana, sou abolicionista, quero a liberdade de todos eles, mas devemos ser maduros e ter os pés no chão. Tudo deve ser feito por etapas. Devemos usar e abusar da nossa inteligência, cruzar todas as informações e conteúdos que nos são permitidos e agir com criatividade. E isso pode ser feito em todos os Estados.

E aí poderá ser constituído um fundo de proteção animal. E por que os recursos para a constituição desse fundo não podem ser provenientes da venda de aves, de coelhos, de passarinhos, de cães e de gatos? Eu quero ver o vendedor que vai querer pagar imposto sobre venda de cachorro, de gato! Isso porque está fácil: a



pessoa perde o emprego, compra dois cachorros na feirinha, coloca-os para cruzar e depois vende os filhotes a mil reais cada um. E há comprador! Ué? Não há imposto, não há responsabilidade e não há amor. A pessoa abusa do animal, depois pega outro, substitui a cadela, coloca outro macho, cruza irmã com irmão, sem nenhum critério.

Fica a minha contribuição para uma reflexão.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Muito obrigada, Sra. Valéria Mendes.

Concedo a palavra à Sra. Kátia Dietrich, ativista e também Secretária da Segurança Pública junto à Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente em Curitiba, no Paraná.

A SRA. KÁTIA DIETRICH - Na verdade, eu trabalho na Secretaria da Segurança Pública junto com a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente.

Agora eu fiquei em dúvida porque você falou sobre o assunto de que mais gosto, mas vou contar primeiro a situação do nosso CCZ.

Em Curitiba não se recolhem animais desde 2006, apesar de haver mais de 50 mil animais nas ruas. O CCZ só recolhe das vias públicas aqueles considerados ferozes, cães de raças consideradas ferozes e sem dono. Lá existe um trabalho muito bacana com relação a isso. Esses animais são socializados e colocados nas feiras de adoção da Prefeitura. Por que isso? Parceria, gente — parceria!

Eu acho que as palavras-chave aqui são parceria, boa vontade e política pública, porque política pública garante que, mesmo mudando o gestor, continue a política. São palavras mágicas.

Esses cães são sociabilizados através da Disciplina Medicina Veterinária do Coletivo, da Universidade Federal do Paraná, e colocados para adoção.

Como você falou em venda de animais, isso me deixou muito contente, porque...

A SRA. VALÉRIA MENDES - É a ponta do *iceberg*.

A SRA. KÁTIA DIETRICH - Exatamente. Em Curitiba nós percebemos que existem muitos cães na rua por causa da criação de fundo de quintal. Eu posso considerar essas pessoas bandidas na minha cidade, porque a Lei nº 13.914, de



2011, diz que em Curitiba não podem ser criados animais para venda. Não podem ser criados passarinhos, rãs, o que for, porque lá, conforme o Código Sanitário do Paraná, não há área rural; então, não pode. E o que acontece na nossa cidade? O animal tem que vir com nota fiscal de procedência de fora do Município. Ou seja, lá existe outro crime: a nota falsa. Por isso, digo que lidamos com bandidos, com cafetões de animais.

Com isso, eu me despeço de vocês dizendo que nós temos que nos agrupar, simpatizantes, protetores, ativistas, abolicionistas, porque lidamos com criminosos. Então, temos que mudar a lei.

Repito as três palavras mais importantes: boa vontade, que é o principal, política pública e parceria.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Muito obrigada, Sra. Kátia.

Concedo a palavra ao último orador, o Sr. Cristiano Moraes, Secretário Especial de Bem-Estar Animal da Prefeitura de Canoas, Rio Grande do Sul.

O SR. CRISTIANO MORAES - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Deputado Ricardo Tripoli. É um prazer conhecê-lo pessoalmente, acompanho seu trabalho pelo seu *site* www.rede.tripoli.com.br.

Minha fala é mais no sentido de fomentar essa prática que nós vimos discutindo aqui, gente. Isso é possível, conforme a Carla colocou. Lá em Conselheiro Lafaiete, ela vem fazendo um belo trabalho. Isso é possível, desde que haja esforço, coesão, vontade e interesse. Nós temos que despertar esse interesse não só nos protetores, mas também em toda a população.

Eu vou trazer um breve relato aqui. Fui convidado para assumir a Coordenadoria do Centro de Bem-Estar Animal em janeiro de 2013. Chegando lá, dividi espaço com o Centro de Controle de Zoonoses, que era onde se cuidava dos animais na unidade. Conflito conceitual: no Centro de Bem-Estar Animal, o objeto é a proteção dos animais; no Centro de Controle de Zoonoses, o objeto é a proteção do homem e da mulher. Já começou ali o conflito, e as pessoas que lá estavam tinham um histórico terrível. Quando iniciamos esse conflito, havia 198 cães



internos, sendo que 18 eram considerados irreversíveis. Hoje, dos irreversíveis, só há o Lula, que não conseguimos doar. *(Risos.)*

(Não identificado) - Muda o nome dele que você consegue.

O SR. CRISTIANO MORAES - Não, ele realmente é um cão bravo e recebeu esse nome porque não tem um dedo da pata de trás, não tem nada a ver com afinidade ou desafinidade política. Então, o Lula foi o único que não conseguimos doar, ele continua conosco e pelo jeito vai permanecer, porque não conseguimos ressocializá-lo.

O diferencial da Coordenadoria do Centro de Bem-Estar Animal de Canoas foi que iniciamos com 198 cães. Daí eu me deparei com este barril de pólvora: saí da proteção e vim para o outro lado. Eu era protetor ativo e vim para o outro lado, e a proteção disse: *“E agora, Cristiano?”* Eu me vi sentado em um barril de pólvora.

Há a legislação. Sou advogado, eu a li e implementei no Centro de Bem-Estar o meu melhor entendimento sobre o art. 225, que não é o entendimento de todo mundo. Mas a frase que mais nos importa é a responsabilidade do poder público e da coletividade, um meio ambiente ecologicamente correto, sadio e equilibrado, meio ambiente englobando fauna e flora. No nosso caso, fauna e fauna doméstica. Partindo daí, não é só minha a responsabilidade como poder público hoje, mas também é responsabilidade da coletividade.

Precisamos encaminhar esses cães para adoção. Começamos esse trabalho e temos uma demanda muito grande de cães nas ruas que precisamos atender. Para atendê-los, o que tínhamos que fazer? Não recolher mais nenhum deles. Então, fechamos as portas: *“Não recolhemos mais animais”*. Chegávamos lá e havia 198 cães em canis improvisados ainda. Não era raro ocorrer morte por ataque. Quatro, cinco ou seis cães brigavam e um morria, o mais fraco, o mais inseguro.

Então, paramos de recolhê-los e começamos a disponibilizar em feiras de adoção esses animais e as crias indesejadas. Eles ligavam para nós: *“Eu quero que vocês venham recolher esses animais que estão aqui”*. Eu dizia: *“Espere um momento, a Prefeitura de Canoas não recolhe animais, a Prefeitura recolhe lixo. Cachorro não é lixo; então, não os recolhemos”*.

Nessa prática, havia só protetores, que estavam brigando bastante. E nós pensávamos no que faríamos com esses cães depois que os atendêssemos. Eu



disse: *“Bom, nós temos aí 20 dias ou 30 dias, que é o tempo em que ele vai estar em tratamento, para conseguir uma adoção, para conseguir colocá-lo dentro de uma casa, ou — por que não? — colocá-lo novamente na rua na condição de cão comunitário”.*

A Lei nº 13.193, de 2009, de iniciativa do Deputado Estadual Carlos Gomes, que é um ícone também, uma pessoa que admiro muito, prevê que o animal retorne para a comunidade de onde saiu, onde ele tem referência, água, comida, um abrigo. E ele volta com um nome, com um olhar mais fraterno. Todos que passam pelo Centro de Bem-Estar recebem um nome relacionado ao local onde estava ou de onde veio e sai castrado.

Com essa prática, fizemos mais de 3 mil atendimentos. Nós iniciamos em 2013, chegamos já a 6.753 castrações de animais da população de baixa renda. E a minha meta, até o fim do ano que vem, é fazer 12 mil castrações nos animais de Canoas, preferencialmente nos de rua e nos da população de baixa renda.

Essa fala, na verdade, é só para que saíamos com esse encaminhamento aqui. Sei que é para fazermos encaminhamentos à CPI, mas, concordando com a Luisa Mell, o Projeto de Lei nº 1.376, de 2003, e o Projeto de Lei nº 3.490, de 2012, que, respectivamente, estabelecem políticas públicas de controle da natalidade de cães e gatos e o fim da eutanásia, vinculam verbas do Governo Federal. Desse modo, nos Municípios, podemos fazer cobranças de forma muito mais veemente com as peças do projeto que o Deputado Ricardo encaminhou. No manual jurídico de V.Exa., há uma peça pronta, é só preenchê-la e provocar o Chefe do Poder Executivo, o Prefeito, para que ele faça.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É só solicitar que eu mando do gabinete.

O SR. CRISTIANO MORAES - E há disponível também na Internet.doc, dá para manusear.

O amor que dispensamos aos animais não é excludente, sabemos disso e temos que fazer isso refletir lá fora. Muito pelo contrário, quem gosta de animais gosta mais de pessoas, gosta mais do meio ambiente e gosta mais da vida.

Uma frase que implementamos muito em Canoas é que não precisa gostar, basta respeitar. O amor é opcional, mas o respeito é obrigatório.



Essa é a minha contribuição para vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Conceição Sampaio) - Muito obrigada, Cristiano.

Gostaria só de lembrá-los que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão disponíveis na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* Audiências Públicas. Na quinta-feira, às 10 horas, no Plenário 8, será realizada também uma audiência pública conjunta para debater o saneamento ambiental rural. Convido todos a participarem. Será sempre um prazer tê-los conosco.

Agradeço, portanto, a presença dos nossos convidados, dos nossos Parlamentares e do nosso querido Deputado Ricardo Tripoli, que ficou aqui até o final. Muito obrigada.

Em nome do Deputado Ricardo Izar, que foi o autor do requerimento que solicitou esta audiência, e de todos os membros da Comissão de Meio Ambiente, agradeço mais uma vez a presença de cada pessoa que aqui está, de cada representante de ONG.

Eu sempre costumo lembrar, Deputado Ricardo Tripoli, que o mundo que queremos depende de nós. Nós temos que nos tornar pessoas aguerridas em busca da sociedade que queremos. Essa proteção certamente depende também de cada mulher e de cada homem assumir esse compromisso.

Agradeço a Deus pela paz nesse ofício e declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)